

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO**

EVANGELISTA NEGRÃO DE OLIVEIRA

A COMPREENSÃO HISTÓRICA DO REINO DE DEUS

São Paulo – SP

2018

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO**

EVANGELISTA NEGRÃO DE OLIVEIRA

A COMPREENSÃO HISTÓRICA DO REINO DE DEUS

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Teologia, sob a orientação do Prof. Drº Côn. Antonio Manzatto.

São Paulo – SP
2018

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Com todo o meu amor, a Deus.

Primeiramente, quero agradecer a Deus que me deu força e a oportunidade de poder estudar a teologia em uma das melhores Universidades da América Latina. Dedico a Ele, em sinal de ação de graças este trabalho acadêmico e todos os anos destinados a este curso.

Meus sinceros agradecimentos aos meus familiares e a todos aqueles que de alguma forma, deram um pouco de si para que a conclusão do meu curso e principalmente deste trabalho fosse possível.

De modo muito especial, quero agradecer ao Professor Dr^o Côn. Antonio Manzato, que se colocou generosamente a minha disposição para ser meu orientador, fazendo de tudo para o bom andamento do meu trabalho. A meus demais docentes, Professor Dr. Boris Augustin Neff Ulloa, diretor do curso de Teologia, Prof^o João Cláudio Rufino Rodrigues Silva, coordenador do curso, Prof^o Dr. Gilvan Leite de Araújo, Prof^o Dr. Edelcio Ottaviani, Prof^o Dr. Mathias Granzer, Prof^o Dr. José Ulisses Leva, Prof^o Dr. Pedro K. Iwashita, Prof^a Dr^a. Maria Freire da Silva, Prof^a Rosana Manzini, Prof^o Marcio Leitão e Prof^o Osmar Cavaca. Deixo meus agradecimentos aqui também aos funcionários Stela Mais Bronzo, Maria Aparecida Conceição (Cida) e Ubirajara de Mello e Silva – aos citados aqui e aos não citados, sou grato pela eficiência e dedicação ao trabalho, e por terem me dado a oportunidade para o aprendizado e o aprofundamento teológico, que ao longo desta jornada contribuíram de alguma maneira para meu aprendizado e desenvolvimento.

“Como é bom e agradável
Quando os irmãos convivem em união!
É como óleo precioso
Derramado sobre a cabeça,
Que desce pela barba, a barba de Arão,
Até a gola das suas vestes.
É como o orvalho do Hermom

Quando desce sobre os montes de Sião.
Ali o Senhor concede a benção da vida para sempre.” (Sl 133)

RESUMO

A compreensão histórica do Reino de Deus

Este trabalho tem como objetivo, mostrar as diversas diretrizes e entendimentos referente ao Reino de Deus, no decorrer da história, sob a perspectiva de estudos bíblicos, teológicos, filosóficos e sociais. A ideia do Reino de Deus, que faz parte das convicções do povo de Israel, desde sua origem, torna-se o centro da atuação e dos ensinamentos de Jesus narrados nos Evangelhos, esta abordagem permeia os diferentes períodos da história.

A atuação de Jesus é abordado no contexto histórico da sociedade de seu tempo, não de modo místico ou mágico, mas sim a partir da encarnação do Verbo. Ele é o mediador, sacramento do Pai, o acesso do humano ao divino.

A Teologia da Libertação, que surgiu com o Concílio Vaticano II, valoriza a humanidade de Jesus, sua pessoa e ação no contexto histórico, neste sentido ela também é conhecida como uma teologia prática, ela busca resgatar um diálogo entre fé e vida, que busca o equilíbrio teológico na afirmação da união hipostática e a centralidade do conceito de Reino de Deus baseado na opção da preferência pelos pobres e marginalizados, assim como veremos sob o ponto de vista do Papa Francisco, que assim como Jesus, acredita que é possível a existência de um mundo onde há lugar para todos e a dignidade humana seja preservada. Um sinal da vinda do reino, é a luta por um mundo justo, sem opressão e servidão.

Palavras-chave: Reino de Deus, Reino dos Céus, Teologia da Libertação, Jesus, salvação.

ABSTRACT

The historical Understanding of the Kingdom of God

The purpose of this academic project is to show the various guidelines and understandings concerning the Kingdom of God in the course of history from the perspective of biblical, theological, philosophical and social studies. The idea of the Kingdom of God, that is part of the convictions of the people of Israel, since its origin, becomes the center of the action and teachings of Jesus narrated in the Gospels, this approach permeates the different periods of history.

The action of Jesus is approached in the historical context of the society of his time, not in a mystical or magical way, but rather from the incarnation of the Verb. He is the mediator, the sacrament of the Father, the access of the human to the divine.

The Theology of Liberation, which emerged with the Second Vatican Council, values the humanity of Jesus, his person and action in the historical context, in this sense it is also known as a practical theology, it seeks to rescue a dialogue between faith and life, which seeks the theological balance in the affirmation of hypostatic union and the centrality of the concept of the Kingdom of God based on the option of preference for the poor and marginalized, as we shall see from the point of view of Pope Francis, who, like Jesus, believes that there is a possible world where there is place for all and human dignity is preserved. A sign of the coming of the Kingdom is the struggle for a just world, without oppression and servitude.

Keywords: Kingdom of God, Kingdom of Heaven, Theology of Liberation, Jesus, salvation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O CONCEITO DO REINO DE DEUS NO ANTIGO TESTAMENTO	14
1.1 Perspectivas Bíblicas – As raízes do reino de Deus	14
1.2 Jesus e o conceito de reino de Deus	21
1.3 No agir de Jesus se revela aquilo que é Reino de Deus	27
1.4 Jesus convida a imitar o seu próprio agir	30
1.5 Jesus vai além daquilo que foi anunciado nas profecias citadas	32
1.6 O agir de Jesus e as parábolas do Reino.....	33
1.7 O agir de Jesus – Morte e Ressurreição	35
2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COMPREENSÃO DO REINO DE DEUS	36
2.1 Perspectiva profética no Antigo Testamento	36
2.2 A crise histórica que provoca a crise da teologia profética.....	40
2.3 A teologia escatológica dos profetas após o exílio.....	42
2.4 Perspectiva apocalíptica no Antigo Testamento.....	43
2.5 Características básicas da perspectiva apocalíptica	45
2.6 Teologia apocalíptica – Esperança e também medo que produz medo.....	47
2.7 A compreensão do Reino de Deus na Idade Moderna.....	49
3. A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DO REINO DE DEUS HOJE	54
3.1 O Reino de Deus da atualidade	54
3.2 A perspectiva teológica na América Latina.....	59
3.3 A Teologia da Libertação e o Concílio Vaticano II.....	62

3.4 A Libertação na América Latina compreendida a partir de Jesus	68
3.5 A visão do Reino de Deus pelo Papa Francisco	72
3.6 Mensagem do Papa Francisco sobre o Reino de Deus	78
CONCLUSÃO.....	82
BIBLIOGRAFIA	84

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo mostrar de uma forma clara e ampla, o conceito do Reino de Deus. Buscaremos um aprofundamento teológico no que se refere ao histórico de Jesus, a visão e interpretações do conceito de Reino de Deus, através da evolução e da própria história da humanidade.

Quando se prega o Evangelho do Reino de Deus, está se anunciando as boas notícias de Cristo e de seu governo sobre a vida do homem. Logo, apresentando Jesus como Rei e Senhor do homem.

Muitos pensam de forma equivocada, que as expressões “Reino de Deus” ou “Reino dos Céus” se referem apenas ao céu. Ou que o Reino de Deus é no futuro. Porém não está correto. Veremos que o reino de Deus é uma instituição divina prevista na eternidade para abençoar todas as pessoas na terra. Percorrendo a Bíblia de Gênesis a Apocalipse, observamos as ações de Deus a fim de trazer o seu reino até nós - como o Senhor entregou a Adão a soberania na terra, depois dele delegou-a ao justo Noé devido ao grande dilúvio, e posteriormente, como Deus chamou o caldeu Abrão para ser um elo importante no processo da instauração do reino dos céus, e o seu descendente como semente prometida.

A partir de Abrão é citado o plano de Deus para implantar o seu reino na terra a fim de sempre haver paz e prosperidade. Haverá referências às Suas promessas acerca do reino dos céus entre os homens, culminando no descendente de Davi como o legítimo herdeiro do trono. Com o início do ministério de Cristo é revelado o reino messiânico aos judeus, o qual é comprovado por sinais, prodígios e maravilhas entre o povo. Jesus apresentou-o em forma de parábolas, ilustrando o seu ensino com imagens bem conhecidas dos seus ouvintes a fim de revelar-lhes o caráter do mesmo e as responsabilidades dos súditos.

Finalmente é instituída à Igreja com a incumbência de proclamar o Reino de Deus em todas as nações até que venha a ser consumado na segunda vinda de Cristo. Ela foi comprada pelo sangue do Cordeiro de Deus e separada para servir em santidade conforme o propósito do Senhor. O Sermão do Monte é referido, com destaque para o capítulo cinco, como a exigência ética de Jesus para os seus

súditos; em contraste com os costumes farisaicos. Ali encontramos as normas que todos os membros do Reino devem satisfazer a fim de não serem excluídos.

O reino consumado será um milênio de paz e prosperidade entre as nações, dando então, lugar à nova terra e a novos céus onde habita a justiça. O Reino dos Céus é o reino de Deus nos corações humanos dispostos a obedecer à Sua vontade para que Ele seja tudo em todos.

O Reino de Deus vem do Céu e passa por várias fases durante a história humana. São elas o reino em preparação, o reino em Israel, o reino em Cristo, o reino na Igreja, o reino no milênio, e o reino na eternidade.

O Reino de Deus está na Terra, através da presença de Jesus na Igreja, em âmbito universal. O reino dos Céus será consumado na Terra quando chegar o tempo de Deus. O ambiente ecológico e moral, a que assistimos atualmente, convida-nos a trabalhar pelo Reino de Deus.

O Reino de Deus é um símbolo religioso que não concede uma epistemologia definida e acabada, mas evoca uma tradição de experiência religiosa, traz consigo inúmeras formas diferentes de esperança na atividade soberana de Deus para tornar-se efetivo na vida do povo e na história.

Considerando os aspectos simbólicos da expressão Reino de Deus, também é exequível assimilar algumas de suas generalizações acerca do reino, formulados pelos exegetas teólogos contemporâneos, que afirmam o Reino de Deus como resultado da ação de Deus na história. Deus age livremente para instaurar o seu reino, porém sempre por meio de agentes humanos. O próprio Jesus de Nazaré foi um desses agentes, atuando sob a égide de Deus (Lc 11, 20).

Desta forma, no primeiro capítulo estudaremos as raízes hebraicas, do símbolo religioso “Reino de Deus” e sua diversidade de significações. Neste capítulo apresentaremos também, aquilo que Jesus anunciou como núcleo de sua pregação: o Reino de Deus, e como ele se realiza ao longo da história.

O anúncio do Reino de Deus é feito por Jesus através das parábolas, da realização dos milagres, da expulsão dos demônios. Ele age sempre em benefício do próximo, principalmente na defesa dos pobres e marginalizados da sociedade,

como dedicação livre e amorosa de Deus ao ser humano, muito embora ele nunca tenha definido o que seja de fato esse reino.

No segundo capítulo abordaremos a evolução histórica da compreensão do Reino de Deus, com base na perspectiva profética e apocalíptica. Mostraremos o surgimento de uma nova interpretação teológica da história. Ela será chamada aqui de perspectiva apocalíptica.

Os termos “perspectiva escatológica” e “perspectiva apocalíptica” nos parecem adequados para distinguir as duas expectativas históricas da esperança, que marcam toda a história de Israel, o que mais tarde, podem ser constatadas também na esperança histórica da era cristã.

Trataremos também sobre a compreensão do Reino de Deus na idade moderna. A história e sua transformação fazem parte de um processo contínuo. O que os textos visam é o momento atual, no qual acontece cada vez de novo a situação de decisão. “... É sempre na tua atualidade presente que se encontra o sentido da história, tu não o podes ver como espectador, só o podes ver nas decisões responsáveis”.¹

Ao final, o terceiro capítulo apresenta o conceito do Reino de Deus na atualidade, tendo como base o advento da Teologia da Libertação. Esta é considerada como um movimento supradenominacional, apartidário e inclusivista de teologia política que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais. Ela foi descrita pelos seus proponentes como uma reinterpretção analítica e antropológica da fé cristã, em vista dos problemas sociais.

A maior parte dos teólogos da libertação é favorável ao ecumenismo e à inculturação da fé. Embora o movimento tenha raízes anteriores, costuma-se dizer que seu marco inicial ocorreu em 1971, quando o padre peruano Gustavo Gutiérrez publicou um livro denominado A Teologia da libertação. A visão do Papa Francisco também é abordada neste capítulo.

¹ Instituto Humanitas de Ensino. Disponível em: www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

O pontificado do Papa Francisco levou a uma virada na orientação pastoral da Igreja católica. Nas décadas anteriores, o empenho dos pontífices era orientado principalmente para a reconquista do mundo através da nova evangelização e da defesa da visão cristã da realidade como a única plenamente autêntica. A principal tarefa da Igreja era mediar a salvação cristológica para o benefício de uma humanidade que, embora intrinsecamente boa por ter sido criada por Deus, também era marcada pelo pecado e escrava de dinâmicas contrárias ao projeto divino.

O Papa Francisco, por sua vez, parece identificar o maior perigo do nosso tempo no extremo poder da economia, ou seja, um no modelo econômico capitalista, que acaba criando graves situações de desigualdade e pobreza, e submeter ao seu controle todos os âmbitos da vida social, desde a política até a cultura, desde a tecnologia até a proteção ambiental.

A atenção do Papa Francisco para o tema da pobreza, em suma, não é simplesmente o resultado de sua fidelidade ao Evangelho, algo que também os papas anteriores perseguiram com igual dedicação, mas é o resultado de uma avaliação diferente das prioridades pastorais que a Igreja deve assumir para ajudar o mundo contemporâneo a caminhar em direção ao reino de Deus.

1. O CONCEITO DO REINO DE DEUS NO ANTIGO TESTAMENTO

1.1 Perspectivas Bíblicas – As raízes do reino de Deus

Quando buscamos encontrar as origens do termo “Reino de Deus”, é preciso recorrer à tradição veterotestamentária. É no Antigo Testamento que encontramos suas raízes, com muitas incertezas e informações incompletas. O fato é que o reino de Yahweh é basicamente o que sustentava toda esperança do povo da aliança na longa história em Israel.²

A expressão “Reino de Deus” (*malkuta yahweh, basileia tou theou*) é uma formulação apocalíptica tardia,³ não usada no Antigo Testamento, ou na literatura judaica antiga. Entretanto, a afirmação de Yahweh como rei aparece frequentemente nos salmos e na liturgia.⁴

Analisando os livros do antigo testamento, inclusive os livros apócrifos, constatamos um interessante paradoxo: a expressão “Reino de Deus” só pode ser encontrada em uma única vez e está localizada no apócrifo-deuterocanônico Sabedoria de Salomão - Sb10, 10,⁵ redigido em grego por volta do primeiro século a.C., ou seja, o último livro escrito no cânon mais extenso, o “cânon alexandrino” do Antigo Testamento, sendo que nos demais livros oficiais do cânon hebraico esta expressão não existe. Porém, essa única citação é de suma relevância para o uso que Jesus faz dela.

A celebração de Deus como rei é um motivo comum na antiga religião do Oriente Próximo. Além de Israel, o tema era bem conhecido também no Egito, em Canaã, na Grécia, na Anatólia e na Mesopotâmia. A descoberta dos documentos da antiga vila Canancia de Ugarit, considerada uma das mais importantes do século XX, contribuiu para identificar muitas afinidades entre as tradições literárias e

² Cf. SOBRINO, J. *Jesus, O libertador. A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 110.

³ Cf. SCHILLEBEECKX, E. *Jesus, a História de um Vivente*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 134.

⁴ Cf. PIXLEY, G. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 26.

⁵ Cf. LACOSTE, J. *Dicionário Crítico de Teologia*. Trad. Paulo Menezes. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004. p. 1500.

religiosas das tribos israelitas e aquelas da população de Canaã, principalmente no que diz respeito à afirmação da realeza divina.

Quando os textos bíblicos saúdam Yaweh como rei, eles exaltam como o soberano dos elohim e como o Senhor do céu e da terra; atributos que também caracterizam o Deus cananeu Elyon e as divindades ugaríticas El e Baal, nos textos mitológicos que lhe conferem a realeza.⁶

O que distinguia Israel dos outros povos era o fato de que Israel incorporava a noção do Deus-rei segundo sua fé fundamental de que Yahweh intervém na “história”.⁷ Ele nunca aparece como um Deus em si, mas sim para a história e, por isso, como Senhor de um povo.

Deus é visto como rei por seu poder, ordem e criação do universo, tal como podemos apreciar nos salmos e hinos do “Livro dos Salmos” e nos demais textos bíblicos. Essa terminologia não é original nem específica de Israel, mas existia em todo Antigo Oriente.⁸ Existe um grupo de Salmos bíblicos que prestam louvor específico a Yahweh por ocasião de sua entronização em Jerusalém, tais como: Salmos 47, 93, 95 e 99, sendo que este culto é semelhante ao de entronização de Marduc, na festa anual da criação celebrada pelos babilônios. Yahweh demonstrava seu poder régio acalmando e dominando os mares, tal como fizera Marduc. (Sl 29; Sl 93). A realeza de Yahweh é diferente da realeza de Marduc: o seu domínio não é uma soberania exercida sobre os deuses, mas sobre as nações da terra.

A importância litúrgica do grupo dos “salmos de entronização” foi primeiramente percebida por Sigmund Mowinckel⁹ no segundo volume do seu *Psalmenstudien*. Mowinckel entendeu que o profeta, em seus oráculos, era inspirado

⁶ El corresponde ao Deus máximo, pai dos deuses, identificado com o céu sem nuvens e governa o mundo através de sua palavra poderosa. Baal é um guerreiro, representado pelo céu tempestuoso, um Rei viril que derrotou seus inimigos com a força do seu poder e também exerce autoridade sobre os deuses. - Cf. PIXLEY, J. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986. p.24-25.

⁷ Cf. SOBRINO, J. *Jesus, o libertador. A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 111.

⁸ Cf. PIXLEY, G. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 19.

⁹ Sigmund Olaf Plytt Mowinckel nasceu em 04 de agosto de 1884 e faleceu em 04 de junho de 1965, em Oslo, foi um dos mais celebres estudiosos dos Salmos. Uma das suas mais importantes obras é o estudo dos Salmos: *Psalmenstudien*, composto por seis volumes editados entre os anos de 1921 e 1924.

pela celebração litúrgica da realeza de Yahweh. Entretanto, existem outros autores, como George Fohrer,¹⁰ que discorda, ao afirmar que a influência segue a direção oposta, e que os Salmos de entronização são celebrações pós-exílicas de uma vida futura e escatológica de Yahweh, o rei eterno.¹¹

No judaísmo, o Saltério é um dos elementos centrais na liturgia e assume a função de “Livro dos Hinos”. A sua repetição constante era uma das formas de incorporar o símbolo do domínio soberano de Yahweh na mentalidade religiosa judaica, que almejava uma nova manifestação da sua realeza. Porém, a temática do reinado de Yahweh sobre Israel não se restringe exclusivamente ao Livro dos Salmos. O sustentáculo do direito de Yahweh à realeza é demonstrado também nos livros narrativos do Antigo Testamento, sendo que mesmo nesses livros, a realeza divina é uma metáfora poética.

Entre os semitas, era um procedimento comum atribuir o título de rei a suas divindades, das quais esperavam os seguintes benefícios:

- Solução dos problemas de sua existência nacional por meio da resposta oracular;
- Decisão das sentenças judiciárias como solução de conflitos, uma vez que não se confiava totalmente na justiça humana;
- Ajuda na luta contra inimigos do exterior.

Para Israel, a aproximação da figura de Yahweh como rei é muito frequente e a expressão “reino de Yahweh” aparece no primeiro livro das Crônicas (1 Cr, 28,5), no qual Davi refere-se a Salomão sentado no trono do “reino de Yahweh” (malkuta Yahweh).

Também em outras circunstâncias, a terminologia “reino” ou “realeza” pode ocorrer, deixando expresso que o reino ou poder pertence, de fato, a Deus, como no

¹⁰ George Fohrer nasceu dia 06 de setembro de 1915 em Krefeld e faleceu no dia 04 de dezembro de 2002 em Jerusalém. Foi um grande teólogo protestante e professor de estudos do Antigo Testamento, que após a sua aposentadoria se converteu para o judaísmo.

¹¹ Cf. PIXLEY, G. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 23.

Salmo 103,19 (“sua realeza”); no salmo 145,11-13 (“teu reino”); 1 Crônicas 17,14 (“meu reino”); porém percebe-se determinadas variações.

São poucas as expressões equivalentes ou congêneres ao “Reino de Deus” no Antigo Testamento. Tudo indica que Jesus adotou um modo novo para fazer referência ao domínio régio de Deus. É bem provável que Ele tenha assimilado dos ensinamentos do Profeta Isaías, assim como dos Salmos.

A verdade fundamental é que Deus é criador de todas as coisas, seu reinado é desde sempre, não terá fim, mesmo nas condições mais adversas, sua “dabar” será a última e final. Os salmos nos ensinam: “Yahweh firmou no céu o seu trono e sua realeza governa o universo” (Sl 103,19), ou também “teu reino é reino para os séculos todos, o teu governo para gerações e gerações” (Sl 145,13).

Deus por excelência é relacional, que se revela, e que é em relação a um povo. Dessa forma, Yahweh estabeleceu seu reinado através dos eventos salvíficos, como a passagem do Mar Vermelho (Ex 14,15-31) e a Aliança do Monte Sinai (Ex 19), através da qual Israel se tornou o “povo eleito”. A partir desse núcleo é que o messianismo se torna universal. Isto significa que a eleição faz de Israel um povo messiânico.¹²

Em Israel, o rei Davi tornou-se uma figura emblemática, enaltecida como o protótipo do rei ideal, devido a sua humildade e por ser um servo cordato, representante do rei divino. Davi era piedoso, adorador de Yahweh e foi muito longe no respeito às tradições de Israel. Com grande pompa e cerimônia, trouxe a arca da aliança, símbolo do trono de Yahweh para uma habitação permanente na cidade e também se destacou como alguém que fez o máximo para preservar o sistema tribal tradicional.¹³

Em retribuição a tudo isso, Ihe é prometido por Deus a permanência perpétua de seus descendentes sobre o trono de Israel (2 Sm 7,8-17), posteriormente essa

¹² Cf. RIBEIRO, A. *Jesus e os Movimentos Messiânicos*. Revista de Cultura Teológica. São Paulo: Paulinas, v. 17, n. 66, p.29-30, 2009.

¹³ Cf. PIXLEY, G. *O Reino de Deus*, Ed. São Paulo: Paulinas, 1986. p.54.

promessa se tornou a base sobre a qual se assentariam as expectativas e esperanças messiânicas, isto é, um rei davídico no futuro.¹⁴

Um dos elementos da ideologia régia foi à doutrina de que o rei era filho de Yahweh - certamente um filho adotivo - mas, de qualquer maneira, um filho (Sl 2,7-9). Nesse sentido afirma o Livro dos Salmos: “O Deus concede, ao rei teu julgamento e a tua justiça ao filho do rei; que ele governe teu povo com justiça, e teus pobres conforme o direito... Pois ele liberta o indigente que clama e o pobre que não tem protetor; tem compaixão do fraco e do indigente, salva a vida dos indigentes” (Sl 72).

Na história, o que se verificou foi a demonstração de enorme incapacidade daqueles que sucederam Davi, causando um grande sofrimento ao povo de Israel. Isso fez com que inúmeros profetas denunciassem as injustiças e o sofrimento do povo, e anunciassem no futuro alguém que estivesse à altura do modelo davídico, como exemplo fiel e obediente ao rei divino (Cf. Is 7,10-14; 9,6-7).

O profeta Isaías aceitava os elementos básicos da teologia de Jerusalém. Cidade escolhida por Deus para sua morada, e acreditava-se que o Senhor escolhera Davi e seus descendentes a fim de que reinassem para sempre.¹⁵ Isaías denunciou o culto rico e piedoso que era praticado com zelo, à custa da exploração dos pobres. (Is 1,10-17) Anunciou a demolição de Jerusalém da mesma forma como é devastada uma floresta. (Cf. Is 6,10). Mesmo diante de todas as advertências proféticas, os erros em Judá foram crescendo e se alastrando progressivamente, culminando com a queda do país, a vitória dos babilônios e, conseqüentemente, o exílio do povo para a Babilônia. (Is 6,1-13).

Israel chega ao fundo do poço e diante de tremenda angústia ocasionada pelo exílio, os profetas anunciaram mais uma vez a vinda de uma restauração do “Reino de Deus” em Judá, e de Jerusalém novamente como sua capital sagrada.¹⁶

¹⁴ Cf. MEIER, John P. *Um Judeu Marginal: representando o Jesus histórico*. 3ed Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 149.

¹⁵ Cf. PIMENTEL, I. *Aspectos Históricos - Teológicos da Pregação de Jesus sobre o Reino de Deus*. 2010. 48 p. Dissertação (Mestrado em Teologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹⁶ Cf. MEIER, John P. *Um Judeu Marginal: representando o Jesus histórico*. 3ed Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 166.

Para o povo de Israel, a etapa do exílio da babilônia foi decisiva para a visão da manifestação de Yahweh em suas vidas como rei. Yahweh, rei dos reis, e em sua infinita misericórdia que se constitui também na sua justiça, perdoa e salva seu povo, libertando-o para uma nova vida e recriando seu reino (Cf. Is 43,1-8.15; 44,6).

Segundo o Deutero - Isaías, o profeta comunica o amor infinito de Deus, que perdoa, e novamente reunifica Israel, disperso em unidade restaurada e centralizada na cidade santa, manifestando a ideia do reinado escatológico de Deus, instaurado em um contexto apocalíptico, que mais tarde terá reflexo na mensagem e ação de Jesus. A formulação da promessa a Israel, de um futuro repleto de esperança paz e alegria, vai além da contribuição de Isaías e passa também por outros grandes profetas, tais como: Jeremias, Ezequiel, Miquéias, Sofonias e Abdias.

O profeta Jeremias, por exemplo, através de sua luta constante contra os reis de Judá, anuncia que só Yahweh é o verdadeiro rei e por toda eternidade (Cf. Jr 10, 7.10; 46,18; 48,15; 51,57). Esse anuncia a promessa de que Deus reunirá outra vez as doze tribos e enviará um neo-Davi para dirigir o futuro Israel (Cf. Jr 31,1-30; 33,14-26).

O profeta Ezequiel anuncia Deus como um rei divino (Ex 20,33), na situação de um novo êxodo e de um novo julgamento. Ele reforça a promessa de um rei na linha davídico-messiânico (Ex 34; 37,15-28). O profeta Zacarias também anuncia que assim que Deus se tornasse o único rei, toda a terra seria transformada e Jerusalém seria habitada com segurança (Zc 14, 9.11).

Já o livro de Daniel é emblemático no Antigo Testamento, pois traz consigo a marca daquela que passou a ser chamada de literatura apocalíptica,¹⁷ que anuncia o controle do rei divino sobre a história e todos os reinos, levando-os a consumação final, enquanto o seu reino permanece para sempre; sendo que esse reino demonstra ser apenas um ato divino, sem qualquer mediação humana.¹⁸

¹⁷ A apocalíptica é um movimento religioso cultural, também ideológico, que aparece no século II a.C., e se estende até o século II d.C., expresso por imagens e textos. Durante 400 anos foi o quadro referencial dominante no judaísmo, foi também a época de Jesus e do nascimento da Igreja interpretando o evento Jesus.

¹⁸ Cf. MEIER, John P. *Um Judeu Marginal: representando o Jesus histórico*. 3ed Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 169.

No decorrer da história, de guerras e tribulações, o povo de Israel indagava quando Yahweh iria realizar suas promessas, já que o presente era de sofrimento, dores e angústias, e as promessas de Deus eram de salvação. Os escritos apocalípticos buscam reanimar o povo e mantê-lo firme na fé, apesar de todas as dificuldades e sofrimentos. Por isso, mostram que Yahweh vai libertar o seu povo, julgando os opressores e instaurando o seu reino para os que se mantêm fiéis: e isso vai acontecer no dia do Julgamento final: “dia de Yahweh” (Ap 20,11-15), anunciado pelos profetas.

Neste sentido, a linguagem apocalíptica é uma forma de interpretar a história, analisando e vendo a partir do fim, da salvação por ação de Yahweh. E essa salvação é a projeção do ideal utópico: o jardim do Éden, a Jerusalém celeste que desce do Céu. Assim a noção de Reino no Antigo Testamento se trata da esperança numa vinda final e decisiva de Yahweh em favor de seu povo, a fim de cumprir as promessas feitas aos profetas.

O período dos profetas marca, profundamente, a fé de Israel nas promessas. A começar por Amós, eles anunciam o juízo que ameaça o reino do norte e do sul. A fidelidade de Yahweh e infidelidade do povo são duas realidades constantes na história, neste contexto os profetas anunciam uma salvação universal. Bem típico é o livro de Isaías que apresenta um perfeito servo de Yahweh que reúne o seu povo e é a luz das nações, “Eu, Yahweh, te chamei para o serviço da justiça, tomei-te pela mão e te modelei, eu te pus como aliança do povo, como luz das nações” (Is 42,6).

Este novo reinado se descreve como paz para os dias futuros, baseada na justiça, na defesa dos fracos e atinge todas as dimensões do ser humano, “As primeiras coisas já se realizaram, agora vos anuncio outras, novas; antes que elas surjam, eu vo-las anuncio” (Is 42, 9). Nesta perspectiva podemos confirmar que “os profetas deram outra visão do Reinado de Deus que contribuirá decisivamente para a formação do símbolo, exatamente como aparece na pregação de Jesus”.

Em suma, constatamos que a expressão “Reino de Deus” (*malkuta Yahweh, Basiléia tou theou*) é uma concepção apocalíptica tardia, porém a relação de Yahweh com a realeza aparece frequentemente no Antigo Testamento, essencialmente nos salmos e na liturgia. Essa simbologia “deus-rei”, não tem a sua origem em Israel, pois já era utilizada em todo Antigo Oriente.

O “Reino de Deus” não é uma realidade geográfico-política,¹⁹ apesar de demonstrar toda a esperança de um povo. Assim, entendemos o “Reino de Deus” como o governo de Deus em ação, transformando toda uma sociedade e um povo e, sobretudo, trazendo uma boa notícia, extremamente positiva diante da existência do mal.

“O que preocupa a Deus é libertar as pessoas de tudo quanto às desumaniza e as faz sofrer”.²⁰ O “Reino de Deus” é um sonho que responde a esperança sempiterna de todo um povo sofrido e oprimido, em meio a inúmeros revezes durante a história, sendo que a característica principal deste reino é que Deus realiza o ideal régio da Justiça; por isso há algo bom, altamente bom, é o jardim do Éden, a Jerusalém celeste, o novo “eon”, e que traz consigo a marca da libertação da opressão do anti-Reino. E que gera também uma esperança libertadora da compreensível desesperança histórica na qual se acredita na vitória do anti-Reino.²¹

1.2 Jesus e o conceito de reino de Deus

Após percorrermos brevemente pela história de Israel, buscando a compreensão do conceito “Reino de Deus”, concluímos que o Antigo Testamento legou a Jesus a história, a linguagem e os símbolos do domínio real de Deus. Imagina-se que Jesus tenha aprendido de Isaías e dos Salmos em especial uma verdade básica: que Deus, como criador, reinou, reina e sempre reinará sobre a sua criação.

Sendo assim, podemos verificar que o conceito de “Reino de Deus” não era um símbolo novo, nem sequer o mais central de Israel, criado por Jesus através de seu ministério e pregação, mas uma ideia que preexistia, ainda que, de maneira incipiente no conjunto dos livros veterotestamentais.

A expressão literal “Reino de Deus” era recente e de uso pouco frequente. Foi Jesus que decidiu usá-la de forma regular e constante, na medida em que não

¹⁹ Cf. SOBRINO, J. *Jesus, o Libertador*. Volume. 1 – *A história de Jesus de Nazaré*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

²⁰ PAGOLA, J. *Jesus: aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 124.

²¹ SOBRINO, J. *Jesus, o Libertador*. Volume 1. *A História de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996.

encontrou expressão melhor para comunicar aquilo em que acreditava, pois desde criança havia aprendido a crer em Deus como criador dos céus e da terra, soberano absoluto e Senhor de todos os povos.²²

Para uma interpretação adequada do evento “Jesus” e daquilo que ele chamou de “Reino de Deus”, é necessário mergulhar em seu “*sitz in leben*”,²³ no qual, dentre muitos aspectos, podemos destacar a insatisfação geral do povo da Palestina do século I, contra a dominação romana e judaica, e das autoridades religiosas. Nesse contexto surgem inúmeros pregadores ambulantes e salteadores que atacavam inclusive as caravanas romanas. Existia uma forte presença da expectativa escatológica da proximidade de Deus, sobre a experiência da ação de Deus na história, a espera da chegada do “Reino de Deus”, sob diversas maneiras e por vários movimentos, grupos políticos e religiosos, tendo como pano de fundo a linguagem apocalíptica. Jesus estará perante todos eles demonstrando com transparência em suas palavras gestos e ações, sua consciência de tal proximidade de Deus e do “Reino de Deus”.²⁴

Jesus propõe uma nova sociedade, alicerçada na Aliança do Sinai e baseada no bem comum, na igualdade e no amor fraterno, que gere relações humanas, nas quais a justiça e o direito sejam colocados em primeiro lugar.

É bem provável que o critério de igualdade, gratuidade e de serviço pregado por Jesus nos Evangelhos, tenha sido fruto de uma consciência herdada do sistema da confederação das 12 tribos de Israel, pois Jesus é da Galileia, região que pertenceu no passado ao Reino do Norte – Israel, formado por dez tribos, inclusive com a existência de vários santuários, sendo que todas as tribos se ajudavam e se defendiam mutuamente contra ameaças externas. Já em Judá, no Reino do Sul, de modo diferente, existiu uma alta concentração de poder político e religioso, exercido através do modelo monárquico Davídico e do Templo de Jerusalém.

²² Cf. PAGOLA, J. *Jesus: aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011.p. 11.

²³ *Sitz in leben* é uma expressão alemã utilizada na exegese de textos bíblicos. Traduz-se comumente por “contexto vital”. Cf. SILVA, C. *Metodologia de exegese bíblica*. São Paulo: Paulinas, 2000.

²⁴ Cf. LIBÂNIO, J. B. & BINGEMER, M. 1. *Escatologia Cristã*. Petrópolis: Vozes, 1985.

“Reino de Deus está essencialmente ligado à pessoa de Jesus de Nazaré. O Novo Testamento mantém este fato numa de suas mais antigas lembranças, dizendo que, com Jesus, o Reino de Deus, Deus ele mesmo, vem para bem perto de nós. Reino de Deus deve conseqüentemente deve ser compreendido e qualificado a partir da vida de Jesus...”.²⁵ A partir do Novo Testamento, Jesus e a sua concepção do Reino se tornam os grandes e únicos paradigmas para toda e qualquer interpretação. Devemos compreender o Reino de Deus assim como Jesus o compreendeu. E, à medida que se descubra discrepância entre a nossa visão e a visão de Jesus, somos chamados a mudar as nossas concepções. É esta a verdade profunda que na escatologia contemporânea está sendo tomado muito a sério.

O núcleo central de toda a atuação de Jesus é o Reino de Deus. Jesus não pregava a si mesmo, nem a Deus nem a Igreja. Jesus pregava o Reino de Deus e sua vinda.²⁶

“Completaram-se os tempos, está próximo o Reino de Deus, convertei-vos e crede no evangelho” (Mc 1,15). A expressão aparece 121 vezes nos textos dos sinóticos, e destas, 106 vezes “é posta na boca de Jesus”.²⁷ Jon Sobrino, com todo o direito, chama de Reino “a realidade que dava sentido a toda a sua atividade”.²⁸ Vida e mensagem de Jesus giram em torno do Reino de Deus. É para isso que ele falou, e é por causa disso que foi rejeitado pela instituição religiosa da sua época. Porque a sua compreensão daquilo que é o Reino não correspondia à concepção dominante.

Do ponto de vista histórico, podemos afirmar que, neste choque de concepções divergentes do Reino, encontramos o núcleo central para a compreensão de Jesus e de seu destino. Analisando as palavras sobre o Reino de Deus, formuladas por Jesus, se descobrem suas verdadeiras intenções. Por causa disso, é de suma importância saber o que esta noção significava para ele. Em que medida a sua

²⁵ SCHILLEBEECKX, E. *Pessoas. A história de Deus*. Freiburg: Herder, 1990 p. 152-153.

²⁶ SOBRINO, J. *Cristologia a partir da América Latina*, Petrópolis: 1983. p. 61-62.

²⁷ Barreiro, *Os pobres e o Reino*, pp. 85-86. “A intervenção escatológica de Deus, a vinda de seu Reino (ver Mc 9,1 par; Lc 22,18; 17,20; Mt 6,10 par) é anunciada por Jesus como próxima, iminente” (ver Mc 1,15 par; Mt 10,7; Lc 10, 9. 11; Lc 11,20; Lc 21,31; Mt 12,28)” (Barreiro, op. Cit., p. 86).

²⁸ SOBRINO, J. *Cristologia a partir da América Latina*, Petrópolis: 1983. p. 61.

compreensão do Reino correspondia à compreensão corrente de sua época? Em que medida Jesus discordava? Em que medida formulava interpretação nova?

Eis as perguntas importantes também para a nossa compreensão do Reino. Ela será autêntica se corresponder à interpretação de Jesus. Ela será falsa à medida que não estiver em sintonia com a concepção dele.

Formulando essa afirmação fundamental, devemos conscientizar-nos primeiro de que a mensagem do Reino de Deus não era novidade para a época de Jesus. Muitos, antes dele, haviam falado desse Reino. Muitos, depois dele, iam proclamá-lo também. Na sua época, havia uma febre de expectativas de um Reino de Deus, incentivado pelas interpretações do livro de Daniel. Os 490 anos, proclamados como período histórico até o início do Reino, já tinham se passado.²⁹

Todos esperavam a vinda do reinado de Deus. Muitos a anunciavam em voz alta. Diante das falências históricas de Israel, a teologia apocalíptica mantém viva a esperança na fidelidade de Javé. Apesar de tudo – apesar da destruição do reino davídico, apesar do exílio, perseguição pelos selêucidas, ocupação pelos romanos – Deus é fiel! As falências históricas não podem ser a sua última palavra. Javé não deixará seu povo sucumbir. Ele o salvará.

O único caminho, porém, para salvar o povo perdido, para reverter a situação desesperada do mundo, é uma intervenção específica de Deus. Tal intervenção, no entanto, significa a destruição do mundo e da história atual. “A salvação por parte de Deus não é mais possível nesta história e neste mundo, como a esperança javista e profética a tinham esperado”.³⁰ A salvação tem como condição a destruição de tudo àquilo que era. Destruição do mundo, destruição da história, holocausto cósmico.

Salvação, na concepção apocalíptica, implica o fim deste “eon” o fim desta história. A compreensão do grande juízo de Javé, proclamado pela teologia profética, está sendo ampliada. Não é mais o julgamento dos ímpios, mas a ruína do cosmo inteiro. Uma aniquilação da história como um todo. O mundo e a história em

²⁹ Cf. Os capítulos respectivos na Unidade III deste livro, sobretudo cap. 6.2: *O milenarismo judaico-cristão*.

³⁰ BLANK, R. J. *Escatologia do mundo*. São Paulo: Paulus, 2001. p. 120.

sua totalidade devem desaparecer. Só assim se abrirá espaço para um mundo novo, uma nova criação de Deus.

É importante frisar que, apesar dessa perspectiva aparentemente negativa, também a teologia apocalíptica buscava manter a esperança “apesar de tudo”, em uma situação desesperada.³¹ Também ela busca “reconstruir a consciência do povo”.³²

No entanto, na época de Jesus, tal tentativa estava cada vez mais ligada a um questionamento milenarista. Como consequência de tal acentuada expectativa milenarista, este tempo era visto como os “últimos tempos”. O fim do mundo estava próximo, na expectativa dos adeptos da corrente apocalíptica. Com isso estava próxima à última época de decisão e de conversão ante o fim iminente.

É nesse contexto de “esperança iminente” que se deve ver a pregação do Batista, e também o convite à conversão, formulado pelo próprio Jesus.

Em suma, Jesus, com a sua mensagem do Reino de Deus, se viu confrontado com as expectativas, formuladas pela corrente apocalíptica de sua época, assim não se encaixa nas expectativas apocalípticas vigentes do Reino.

A expectativa de um messias encontra-se também no centro da grande corrente religiosa que marcou a época de Jesus.

Deus não deixará o seu povo nessa situação desastrosa. Enviará um messias, com o qual Javé realizará o seu Reino. A ação escatológica por excelência será a abolição de toda guerra e o restabelecimento de um reino de paz.³³ “Desta forma, o reinado universal de Javé, estando em vigor de forma escondida desde a criação, tornar-se-á realidade histórico-empírica a partir de Israel”.³⁴

Messias, porém, está sendo visto cada vez menos como rei poderoso. A sua descrição mudou no decorrer dos séculos, aproximando-se sempre mais da imagem

³¹ Cf. p. Ex: 4 Esd 4,35; Dn 8,13; Ap 6,10.

³² R. Pablo, *Apocalipse*, p. 61.

³³ Cf. Is 11,6ss; 10, 33; 11, 10; 2, 1-5; Ez 34,25 ss.

³⁴ BLANK, R. J. *Escatologia do mundo*. São Paulo: Paulus, 2001.

do Servo, do humilde. O cume deste processo, encontramos em Zc 9, 9, onde o Messias está descrito como sendo um pobre que vem “montado num jumento”.³⁵ A figura do Messias esperado perde progressivamente o seu caráter de poderoso, e se aproxima da imagem do humilde, do servo, do pobre.

Toda pregação e atuação de Jesus devem, de antemão, ser vistas no contexto religioso e sociocultural. Jesus se move numa sociedade marcada pelas discussões e reflexões sobre o Reino de Deus. Sociedade impregnada pela espera ansiosa da vinda iminente desse Reino.

A questão era como viria, e na resposta a essa indagação predominavam as concepções formuladas pelas correntes apocalípticas. Analisando a pregação de Jesus sobre o Reino de Deus, podemos previamente afirmar que Jesus aproveitou desse clima apocalíptico e dos conceitos já presentes do Reino.³⁶

Mas, ao mesmo tempo, devemos constatar como fato que a sua própria mensagem sobre o Reino não se identifica com nenhuma das quatro expectativas existentes de sua época. A concepção de Jesus é original. Ela ultrapassa em muitos elementos as expectativas anteriores, e em muitos as corrige.³⁷

Para sintetizar o específico da mensagem de Jesus sobre o Reino, devemos em um primeiro momento definir de maneira acentuada os elementos distintivos dele. Chegamos assim a uma primeira comparação com as expectativas vigentes na sua época. Comparação que mostra o que na concepção de Jesus o Reino de Deus não é:

- -Contra a expectativa apocalíptica. O Reino de Deus não começa depois do fim deste mundo. O Reino de Deus já começou;
- -Contra a expectativa legalista. O Reino de Deus não se conquista pela observância escrupulosa da lei. O Reino irrompe como dom e graça de Deus;
- -Contra a expectativa política. Jesus não é Messias político;

³⁵ Cf. BLANK, R. J. *Escatologia do mundo*. São Paulo: Paulus, 2001.

³⁶ Cf. MARQUARDT, F. *Was dürfen wir hoffen wenn wir hoffen durften?*, pp. 362-395.

³⁷ Cf. “A síntese das novas experiências do Reino” em João Batista Libâneo, *Teologia da revelação a partir da modernidade*, pp. 216-227.

- -Contra a expectativa profética. Jesus elimina a ameaça do “Dia de Javé”, visto como dia de juízo terrível.

1.3 No agir de Jesus se revela aquilo que é Reino de Deus

O agir de Jesus e a sua concepção do Reino de Deus questionam as concepções defendidas pelas instituições estabelecidas de sua época. Mas não só isso. Muitas vezes Jesus até as rejeita.

Com inquietante firmeza, Jesus situa o Reino no meio da história concreta. Isso, em si, não é novidade. Mas, com a autoridade daquele que fala em nome de Deus, declara que os primeiros destinatários deste Reino não são seguidores das leis e doutrinas, e sim os pobres. Aqueles que na sua época, eram rejeitados exatamente por aquelas leis que a instituição religiosa dizia que era a precondição para o Reino chegar. Contra elas e contra todos os legalistas do templo, Jesus formula a sua verdade escandalosa, que é a verdade de Deus sobre o seu Reino: “Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus” (Lc 6,20).

Verdade declarada contra todas as convenções sociais e religiosas de sua época e do templo. Declarada com a autoridade daquele que fala em nome de Deus. Verdadeiro homem e verdadeiro Deus. “Ele ensina como alguém que tem autoridade...” (Mt 7,29), dizia o povo, e nisso tinham razão. Ele falava com a autoridade de Deus.

Baseado nessa autoridade, Jesus liga de novo a sua concepção do Reino com a escatologia dos profetas. Mas, com a mesma autoridade, mudam de maneira soberana também elementos significativos da concepção deles.³⁸ Na sua mensagem e no seu agir se destaca passo a passo aquilo que aos olhos do próprio Deus significa Reino de Deus. Esta informação, porém, a exemplo de toda a revelação divina, não está sendo dada através de conceitos abstratos e noções intelectuais. Aquilo que Deus propõe, quando fala de seu Reino, se revela através de ações concretas e experiências históricas. Estas ações são ações de Jesus, e no agir de

³⁸ Cf. Ruiz de la Peña, J. L. *La Pascua de la creación*, p. 90: O pregador de Nazaré reivindica para si um mais de relevância ante toda a economia anterior, ele é mais que o Batista (Mt 11,11), mais que Jonas (Mt 12,41), mais que Moisés (Mt 5,21), mais que o templo e o sábado (Mt 12, 6.8).

Jesus encontramos o agir de Deus, no entanto, em todo lugar, onde Deus age, acontece o Reino de Deus. Esta verdade fundamental foi expressa de maneira muito clara por Jon Sobrino: “Deus, diz ele, se dá a conhecer não diretamente em si mesmo, mas através de uma situação... deus se traduz por Deus reina, age”.³⁹

Aceitando essa visão, e acreditando ao mesmo tempo em que o agir de Jesus se iguala ao agir de Deus, podemos conseqüentemente formular a seguinte equação fundamental:

Jesus é verdadeiro homem e verdadeiro Deus. Ali, onde Jesus age, Deus age. Ali, onde Deus age, acontece o Reino de Deus! No agir de Jesus acontece Reino de Deus.

A revelação daquilo que Deus propõe, quando fala do Reino de Deus, não se faz de maneira abstrata e teórica. Em toda a sua história com os homens, Deus nunca se revelou por teorias e conceitos, mas através de experiências concretas. Este mesmo paradigma vale também para a revelação sobre o Reino de Deus. Aquilo que é Reino de Deus se revela a partir do agir de Jesus, porque este Jesus é Deus.

Se quisermos saber quais as características fundamentais do Reino de Deus aos olhos do próprio Deus, devemos analisar o agir de Jesus. Na sua atuação, elas aparecem. Nas suas ações, elas transparecem. Na prática concreta dele, Deus as revela.

Sintetizando os paradigmas estruturais do agir de Jesus, descobrimos logo que no agir dele podemos distinguir quatro níveis específicos de ação - Os quatro níveis do agir de Jesus:

- 1 - Jesus cura doentes;
- 2 - Jesus perdoa os pecados;
- 3 - Jesus aceita os excluídos;
- 4 - Jesus revitaliza mortos.

³⁹ SOBRINO, J. *Cristologia a partir da América Latina*, Petrópolis: 1983. p. 65-66.

A todos esses quatro níveis do agir de Jesus, é comum a mesma característica. Situações de menos vida são transformadas em situações de mais vida. Situações de morte são transformadas em situações de vida. Esta morte pode ser uma morte em nível biológico, psíquico, social ou religioso, o paradigma fica o mesmo. Ficar doente, cego ou leproso significava para a época de Jesus, a exclusão da vida social e religiosa. Doenças, sobretudo cegueira ou lepra, são estigmas religioso-sociais que excluem. Exclusão corresponde a uma morte social. Curando tais enfermos, Jesus reintegra os doentes na sociedade, ampliando o seu espaço de vida.

Ser pecador significava uma morte religiosa antes da morte biológica. Os pecadores são os “malditos de Deus”. E quem está sendo declarado “maldito de Deus” pela instituição religiosa, se torna um morto.⁴⁰ Perdoando os pecadores, Jesus abre novo espaço de vida para eles. Espaço de vida na sociedade e espaço de vida perante Deus.

Ser pobre, na sociedade de Jesus era o estigma da rejeição por parte de Deus, e, além disso, a razão de todo tipo de exclusão. Optando pelos pobres e excluídos, Jesus mostra que Deus não abandonou, mas que eles, pelo contrário, estão dentro de sua atenção especial. Isso significa vida.

Revitalizando mortos, Jesus prova diante de todos que ele é Senhor também da morte, o Deus da vida, que veio “para que tenham a vida e a tenham em abundância” (Jo 10, 10).

Podemos notar que em todas estas ações de Jesus há um elemento comum: de situações que de “menos vida” se passa para situações de “mais vida”. De situações de opressão, se passa para situações de libertação. Quando isto é assim, e quando no agir deste Jesus se revela de fato aquilo que é Reino de Deus, então detectamos nestas características estruturais de sua prática, uma das mais bem fundamentadas características do Reino: quando o Reino de Deus acontece, situações de opressão estão sendo superadas. Quando Reino de Deus acontece, situações de menos vida estão sendo transformadas em situações de mais vida.

⁴⁰ Cf. A caracterização dada pelo fariseu àqueles que não observam a lei, e que por causa disso são “pecadores”: “(...) essa gentalha que ignora a lei são uns malditos!” (Jo 7,49).

Baseados na práxis de Jesus, podemos assim concluir que o Reino de Deus se realiza em toda e qualquer ação, em que se superam situações de morte. Pode ser situações de morte biológica, social, política, econômica ou religiosa. Toda opressão é de alguma maneira uma situação de morte. Deus, porém, quer a vida. Quando ele reina, não pode haver morte. Quando Deus reina, só há vida. Alterar situações de menos vida em situações de mais vida é o caminho para realizar o Reino de Deus.

1.4 Jesus convida a imitar o seu próprio agir

Reino de Deus não acontece só no agir do próprio Jesus. Reino de Deus acontece sempre que homens e mulheres agem da maneira como Jesus agiu. Seguindo o exemplo dele, realizam no seu atuar sinais da presença do Reino. Eis o último significado do grande chamado de Jesus: “Vem e segue-me!” (Mc 1, 17; 2, 14; 10, 21). Seguir a ele significa, neste contexto, fazer o mesmo que ele fez.

Jesus convida os seus seguidores, para que eles e elas sigam o mesmo rumo dele. Isso significa que devem agir de tal maneira que nos seus atos transparece aquilo que é o Reino de Deus. Não é só Jesus que na sua prática torna realidade o Reino. Ele chama a todos para fazer o mesmo. Sendo assim, somos chamados a realizar em nosso agir valores do Reino de Deus.

É essa a única conclusão possível, quando queremos tomar a sério o chamado ao seguimento. Seguir a Jesus significa agir da mesma maneira como Jesus agiu. As ações dele, no entanto, não se situavam no campo espiritual e abstrato. Eram ações muito concretas, entrelaçadas com a situação pessoal, sociocultural, religiosa e política das pessoas. Eram atividades, cuja última consequência sempre culminava em gerar mais vidas, superar opressões ou abrir novos horizontes de vida. Ser cristão significa exatamente o mesmo. Agir assim, como Jesus agiu.

A consciência da dimensão concreta do Reino de Deus se perdeu no decorrer da história. Muitos cristãos esqueceram o significado histórico daquilo que é o Reino, e todos aqueles que não eram interessados numa transformação de situações de injustiça, de exploração e de poder, sustentavam com toda a força as interpretações

espiritualizantes do Reino.⁴¹ Um Reino espiritual não os incomodava. Mas, um Reino de Deus, enraizado na vivência concreta da sociedade teria questionado os seus pseudovalores ou os teria mostrado como falsos. Perante essa situação, é tarefa urgente de todo discurso escatológico, que não quer ser alienante, conscientizar sobre a vocação escandalosamente prática e direta do cristão. Vocação que hoje também está ameaçada de se esvaziar. Vocação que no fundo se resume numa única expressão: “Vem e segue-me!” (Mc 17; 2, 14; 10, 21).

No agir de Jesus, se tornam realidade as antigas profecias sobre o Reino de Deus. No agir de Jesus se realiza aquilo que Isaías tinha profetizado sobre o início do reinado de Deus. Quando este reinado começar, acontecerá aquilo que o profeta formulou em textos como Is 26, 19; 29, 18-19; 35, 4-6; 61, 1-4. Quando nós analisamos o agir de Jesus, constatamos que na práxis dele acontece palavra por palavra aquilo que Isaías tinha profetizado como sinal do início do reinado de Deus. Os textos do profeta se tornam assim, a grande confirmação da messianidade de Jesus. A comprovação de que, com ele, o reinado anunciado se tornou de fato realidade. Não é por acaso que o próprio Jesus, indagado sobre a questão se era o Messias (Mt 11,2-5), recorre na sua resposta exatamente a esses textos.⁴² A confirmação de sua messianidade, assim como a prova do início verdadeiro do reinado de Deus na terra, não se dá por palavras, mas com referência aos atos realizados. Em muitos casos, este “ano de graça” é interpretado espiritualmente como “graça espiritual divina” etc., enquanto na realidade se trata de noção repleta de significado político, econômico e social.

Se Isaías, nas suas profecias, prediz que os sinais do início do reinado de Deus são estes, se no agir de Jesus tais sinais de fato acontecem, então – eis a conclusão – temos a prova de que o Reino de Deus chegou de verdade (Mc 1, 5; 9, 1; Lc 10, 9-10; 10, 27; 17, 21).

⁴¹ Nota exegética: um exemplo típico de tal espiritualização é a interpretação frequentemente muito distante de seu verdadeiro conteúdo, que se dá a Lc 4, 19: “proclamar um ano de graça do /senhor”.

⁴² Cf. Sicre, J. L. *O quadrante*, vol. I, *Introdução aos Evangelhos*, p. 325: “... as citações do Antigo Testamento (Is 53, 3 e 35, 5-6) apontam para um complemento essencial: tudo o que ocorre não são fatos isolados... mas cumprimento das antigas promessas; estão em estreita relação com as esperanças formuladas no passado”.

Podemos observar o mesmo procedimento também quando Jesus formula o seu programa na sinagoga de Nazaré (Lc 4,18-19). Mais uma vez, recorre às palavras de Isaías para mostrar que no seu próprio agir está acontecendo aquilo que o profeta tinha dito.

1.5 Jesus vai além daquilo que foi anunciado nas profecias citadas

Nas profecias citadas não se menciona “o ano da graça do Senhor”. Não se fala da grande instituição do “ano jubilar”⁴³ mencionado claramente por Jesus na sua proclamação pragmática em Lc 4,18-19. Jesus, porém, o inclui no seu programa do Reino de Deus, formulando assim de fato uma “boa nova aos pobres”. Boa nova porque, conforme podemos ler em Dt 15 e Lv 25, o ano jubilar significava na sua essência o seguinte:⁴⁴

- Perdão de todas as dívidas;
- Libertação dos escravos;
- Devolução da terra ao seu primeiro proprietário.

Já antes da época de Jesus, e até hoje, constatamos todo tipo de tentativas para espiritualizar essas exigências de Deus. De fazer delas uma cerimônia culta ou um símbolo religioso.

O agir de Jesus não justifica nenhuma dessas tentativas de fuga no figurativo. A sua mensagem é clara e direta. “Eu vim para proclamar um ano de jubileu”, “um ano da graça do Senhor”. Boa nova para todos os marginalizados, mas péssima nova para todos aqueles que querem eternizar as estruturas de distribuição desigual.

No tempo de Jesus assim como hoje. Todos eles sempre tentaram interpretar essas palavras de maneira espiritual e religiosa, porque assim elas perdem o seu caráter provocador. Tal manobra não interessa a Jesus, e por causa disso ele

⁴³ A exigência de observância do ano jubilar não aparece no texto citado de Isaías, mas é uma das constantes dentro da tradição profética.

⁴⁴ (Dt 15,1. 11-15) A cada sete anos, você celebrará o ano da remissão das dívidas. Isso quer dizer o seguinte: Todo credor que tenha emprestado alguma coisa a seu próximo perdoará o que tiver emprestado.

“escandalizará as elites”,⁴⁵ na sua época e nos dias atuais, sendo elas as elites políticas, sociais, econômicas e até religiosas.⁴⁶ Jesus, em todo o seu agir, orienta-se numa clara opção preferencial: os pobres. “Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus” (Lc 6, 20).

Além da clara acentuação da “opção preferencial pelos pobres”, a concepção do Reino em Jesus supera ainda em outro aspecto as profecias de Isaías. O profeta não menciona a cura de leprosos. Para a ideologia religioso-social da época de Jesus, a lepra significava o sinal claro da maldição divina. O leproso é impuro e excluído de toda comunhão com os homens e com Deus. Jesus não compartilha tal discriminação. Quando Deus reina, ninguém é excluído. E por causa disso, Jesus cura os leprosos. Sinal visível da chegada do Reino de Deus. Curando leprosos, Jesus desmascara essa suposição como falsa. Quando Deus reina, ninguém é excluído.

Isaías, nas suas proclamações, tampouco fala da expulsão de demônios. Jesus também neste campo ultrapassa as profecias. No seu agir, cura até aquelas doenças que na época foram interpretadas como possessão demoníaca. Quando Deus reina, nenhum poder do mal vai permanecer. Quando o Reino de Deus acontece, todo mal está sendo superado e todo medo diante de qualquer tipo de personificação do mal pode ser esquecido. Deus é mais forte que qualquer poder do mal.⁴⁷

1.6 O agir de Jesus e as parábolas do Reino

As parábolas constituem, sem sombra de dúvidas, o cerne da pregação de Jesus e são de suma importância para uma correta interpretação da ideia de Reino de Deus apresentado por Jesus. No seu teor elas não falam diretamente sobre Deus, nem sobre o próprio Jesus, mas no conjunto da mensagem fica evidente que se

⁴⁵ ALLGAYER, A. *Jesus e os excluídos do Reino*, p. 34.

⁴⁶ Cf. Neste contexto as muitas parábolas na qual Jesus trata de “apontar a resistência que certos antivalores opõem ao Reino” (vide: SEGUNDO, J. *A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré*, p. 188; cf. também: op.cit., pp. 187-192 e 198-208).

⁴⁷ Sobre o tema de “Satanás” e “Diabo”, cf. texto de Juan A. Ruiz de Gopegui, SJ, fev. 1998.

trata da salvação que Deus oferece, do Reino de Deus e da metanoica interior que ela exige.

A pregação de Jesus, mostrada nos evangelhos através de parábolas, faz referência tanto ao futuro quanto ao presente. Não obstante o passar dos séculos, elas continuam nos tocando com a sua atualidade e humanidade. No conjunto das parábolas, duas se referem explicitamente ao Reino de Deus: a do Tesouro Oculto e a da Pérola (Mt 13, 44-46). Ambas descrevem a conduta de um homem que encontra um tesouro de grande valor e o adquire à custa de tudo o que possui.

Também são consideradas parábolas do reino aquelas que, embora não falem diretamente do reino, fazem alusão a esse aspecto do ministério de Jesus. Neste caso, incluem-se as duas parábolas sobre os construtores da torre e do rei que vai à guerra (Lc 14, 28-33), cujos relatos encontram ilustração nos episódios descritos em Mt 8,19-22 e Lc 9, 57-62, nos quais se recorda em termos religiosos o ônus que os discípulos deveriam estar preparados a pagar diante de sua adesão ao seguimento de Jesus. É provável que essas parábolas escatológicas de Jesus reforçassem a metanoica, no sentido de que os homens reconheçam que o Reino de Deus já estava presente e, ao mesmo tempo, preparassem os discípulos para enfrentar os tempos difíceis que haveriam de vir em decorrência das práticas e da pregação de Jesus.⁴⁸

O anúncio do Reino de Deus como centro da pregação, está presente em toda a vida de Jesus, através da sua práxis, por contrariar os interesses das autoridades religiosas judaicas no fim do seu ministério público de Jerusalém e por contrariar os interesses do Império custou a sua vida. Todavia na ressurreição, Deus mostra que o seu reino triunfará na história e a ultrapassará na plenitude da vida eterna.⁴⁹

⁴⁸ Cf. SCHILLEBEECKX, E. *Jesus, A História de um Vivente*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 155.

⁴⁹ Cf. MANZATTO, A. *Notas para uma cristologia para o terceiro milênio*. In: *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo v. 8 p. 79-107. (abril/jun) 2000.

1.7 O agir de Jesus – Morte e Ressurreição

Segundo os padrões da época, Jesus se relacionava com pecadores, tais como prostitutas, publicanos, coxos, cegos, leprosos, entre muitos outros que também eram considerados impuros. Jesus associou-se aos “excluídos da sociedade”, que eram, em boa parte, seus seguidores, pessoas sem instrução aos quais era negada a salvação por serem religiosamente despreparada, moralmente incorreta e economicamente desprovida.

Todavia, Jesus de Nazaré, assassinado injustamente por sua fidelidade, não permanece aniquilado pela morte física. Ele ressuscita pela ação de Deus e alcança a sua plenitude definitiva, mas é o mesmo Jesus que os seus seguidores conheceram, pois “quem ressuscita é o crucificado”, cuja ressurreição foi gestada durante toda a sua vida de amor, fidelidade e entrega graciosa. A sua vida real não é rompida com a morte, mas glorificada por Deus que ressuscita os mortos.

Jesus de Nazaré, agora como Cristo glorioso identificado como o Pai, passa a um novo modo de existência, conservando a sua identidade pessoal de tal forma que nas aparições os discípulos o identificam com Jesus de Nazaré e o reconhecem pelas marcas dos pregos (Jo 20, 20) e pelo partir do pão (Lc 24, 30). As testemunhas da ressurreição foram aqueles que viveram com Jesus e foram atraídos por Ele, por sua mensagem e sua causa.⁵⁰

Após a ressurreição, torna-se impossível aos discípulos permanecerem calados na condição de testemunhas (At 4, 20) e todos os envolvidos se transformam em pessoas que se sentem no dever de anunciar a mensagem primitiva, dando continuidade à obra e missão de Jesus.

⁵⁰ Cf. SOBRINO, J. *A fé em Jesus Cristo*. Petrópolis. Vozes, 2000. p.100.

2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COMPREENSÃO DO REINO DE DEUS

2.1 Perspectiva profética no Antigo Testamento

O profetismo sempre fora, entre os judeus, essencial na inteligibilidade do mundo e da história e entendido também como comunicação entre Deus e Israel. A tradição judaico-cristã verá o profeta bíblico como um agente, portador de uma mensagem divina num tempo de crise e lutando contra a corrente. Esta leitura deriva essencialmente do fato de as narrativas proféticas terem sido objeto de uma revisão teológica, sobretudo no período intertestamentário, vendo no profeta alguém desajustado no seu tempo e que transportava com ele uma verdade incômoda para o poder e para o próprio sistema religioso oficial. O profeta bíblico é assim visto na tradição judaico-cristã como alguém que tem razão antes do tempo e que, remando contra a maré, é marginal e até perseguido pelo sistema político e religioso.

Sendo o profetismo essencialmente um fenômeno de comunicação entre o divino e o humano, é natural que a sua urgência se tornasse mais evidente em tempos atribulados. Respondia à inquietação com mensagens de confiança, serenando o destinatário da profecia. A profecia não era a única forma de comunicação entre o plano terreno e o divino. Do ponto de vista fenomenológico, deve ser analisada a par de outras práticas que fazem parte da adivinhação. Estas práticas coexistiam no mundo pré-clássico,⁵¹ não se registando qualquer incompatibilidade entre elas, na medida em que constituíam formas de lidar com a inquietação que o devir originava e de revelar a vontade divina.

A coexistência destas práticas é reconhecida pelo Antigo Testamento. 11. Jr. 27, 9 confirma a condenação teológica de práticas que, no entanto, admite existirem: “...E vós, não escuteis os vossos profetas, os vossos adivinhos, os vossos sonhadores, os vossos encantadores e os vossos magos...”, mais adiante, em Jr. 28, 9, tornamos a encontrar uma declaração semelhante: “... não vos deixeis enganar pelos vossos profetas, que estão entre vós, pelos vossos adivinhos e não

⁵¹ Cf. Frederick H. Cryer, *Divination in Ancient Israel and its Near Eastern Environment*, Sheffield, Sheffield Academic Press, 1994.

escuteis os vossos sonhadores (...)”. Jeremias inclui no mesmo grupo os profetas, os adivinhos e outros especialistas da comunicação divina.

O próprio sonho é condenado, apesar de em Nm. 12, 6 se admitir que se trata de um meio legítimo de comunicação com o divino. O sonho tinha, aliás, uma grande importância como expressão do divino no Oriente Médio Antigo,⁵² podendo assumir duas qualidades distintas – o sonho simbólico, que implicava intérpretes e especialistas capazes de decifrar o seu significado, e o sonho profético, de significado muito mais evidente e imediato. A visão jeremiana é coincidente com a definição que se pode ler em Dt. 18, 9-14, onde são refutadas todas as práticas de adivinhação, documentando assim um processo de inspiração deuteronomista.

Não se tratava apenas, neste enquadramento teológico, de condenar estas outras práticas, mas também de distinguir entre os profetas considerados genuínos e aqueles que se apresentavam como mensageiros de outras divindades ou aqueles que em nome de Javé anunciavam a vitória e a felicidade, contrariando, desse modo, o destino anunciado. A lógica deuteronomista, que irá condicionar a visão bíblica do passado e da história de Israel, estabelece o perfil do verdadeiro profeta, por contraste com outros profetas cuja mensagem e comportamento não eram consentâneos com essa consciência teológica.

No Antigo Testamento, nas narrativas proféticas e na literatura profética, encontramos igualmente alusões diversas a diferentes tipos de profetas. Os textos não nos dão informações suficientes para compreendermos as suas especificidades e as suas diferenças. Apesar desta falta de informação, parece-nos claro que as várias designações proféticas que encontramos no Antigo Testamento correspondem a antigas categorias de profetas.

O Antigo Testamento exalta o profeta que age sozinho e faz dele não o portador de uma simples mensagem divina ou de um oráculo único, mas alguém que transporta com ele e reflete na sua ação e no seu discurso todo um elaborado pensamento teológico e princípios de uma desejada reforma social e religiosa, consentâneos com os ideais de um judaísmo emergente, o qual entretanto perde as

⁵² Cf. Leo. Oppenheim, «*Rêves divinatoires dans le Proche-Orient Ancien*», in Roger Callois e G.E. von Grunbaum (dir.), *Le Rêve et les sociétés humaines*, Paris, Gallimard, 1967

características de uma religião nacional. A literatura profética veterotestamentária apresenta um profeta que é em grande medida uma figura que, partindo da sua historicidade, é ampliada literariamente de acordo com a revisão teológica pós-exílica. O profeta é na concepção judaico-cristã alguém cujo carisma leva a que os outros o escutem, alguém que tem uma missão que não se limita à expressão pontual de um oráculo, mas que, pelo contrário, lhe determina a vida, fazendo dela um ministério. Deve, por outro lado, ser um líder cuja vocação lhe permita conduzir a reforma social e religiosa a que a sociedade e o poder, no entanto, oferecem resistência, daí o quadro de impopularidade e de marginalização que a literatura profética descreve a propósito do profeta.

Para a teologia de Israel, um dos pressupostos básicos é a convicção de que Deus é um Deus que age na história. Um Deus imanente, Senhor do processo histórico, que conduz esse processo rumo a uma plenificação final. Essa plenificação, por sua vez, significa a realização do projeto escatológico desse Deus. Projeto construído no decorrer da história, realizado dentro do tempo contínuo deste mundo. Projeto em cujo centro encontramos, como fato angular, a confirmação da fidelidade de Javé à aliança firmada com o seu povo.

O projeto histórico e escatológico de Deus se realiza dentro da história. Por causa dessa convicção fundamental, toda a caminhada histórica está marcada pela esperança. Deus conduzirá o seu povo rumo a um final feliz.

Haverá, um certo momento histórico, um juízo sobre os ímpios, no decorrer do qual será revelada a todos a soberania de Javé sobre o mundo. Esse juízo iniciará o reinado de Deus. É dentro desse contexto do reinado de Deus que se formula em três etapas a grande expectativa de um reino messiânico, estabelecido por um enviado de Deus, um Messias. A plenificação final de todo o processo histórico será assim o reino de paz e da justiça.⁵³

- Textos pré-messiânicos A: (Rei bom e justo): Is 8, 23-9, 6; 11, 1-9; Jr 23, 5-6; Jr 23, 1; 33, 17-26;
- Texto pré-messiânico B: (O Reino messiânico): Jr 31, 31-34;

⁵³ Cf. SICRE, J. *O profetismo em Israel*, pp. 494-496.

- Textos messiânicos C: (Messias): Is 7, 10-17; Zc 9, 9-10.

Contra todas as oscilações históricas a fé em Israel mantém firme a convicção: Deus é fiel. Ele prometeu que vai realizar o seu projeto com o povo, então ele o realizará. É importante, porém, frisar que toda essa expectativa de uma plenificação histórica em nada se baseia na ideia de um processo linear e constantemente progressivo. Pelo contrário, a história está sendo vista em toda a sua dialética. Na realização do projeto escatológico de Deus pode haver progressos e retrocessos, aceleração e estagnação, porque Deus realiza os seus planos junto ao povo e com a colaboração deste. Javé é fiel; o povo, no entanto, muitas vezes, é infiel.

A história não é predeterminada, ela pode mudar. Os planos de Deus são suscetíveis a constantes modificações, porque eles se realizam não só dentro da história, mas também através do agir do povo. Este povo, porém, é agente ativo protagonista dentro de um processo, onde Deus faz propostas, ele formula promessas, mas ele sempre respeita a liberdade de decisão do povo. É dentro desse contexto que devemos ver o agir dos profetas e todo o rumo da sua teologia.

São os profetas que constantemente lembram essas características do agir de Deus. São eles que lembram ao povo e às suas elites a necessidade de sempre tomar novas decisões. São eles que exigem a conversão, quando o povo se afasta dos rumos do plano de Deus. E são eles que, sem se cansar, lembram a todos que a realização dos planos de Deus depende não só da vontade de Deus, mas também da fidelidade do povo, de sua decisão de entrar no rumo desses planos, e de sua firmeza em manter-se nesse rumo.

O povo pode desviar-se do projeto de Deus. As elites podem colaborar com interesses opostos e até hostis aos projetos escatológicos. O poder religioso pode defender em nome de Deus interesses contrários ao próprio Deus. Tudo isso é possível, Mas, apesar disso, Deus é fiel, ele mantém o seu plano, e o profeta anuncia tal plano e caso seja necessário denuncia a sua deturpação.

Em cima desses pressupostos, a história de Israel, depois de Davi, mantém a sua característica de ser caminhada rumo à realização de um projeto escatológico de Deus. Ela consegue manter este rumo mais ou menos até o século VI a.C., apesar de todos os retrocessos, apesar de todas as decepções e de todas as

frustrações de um sistema de realeza que em nada corresponde ao grande ideal do reinado messiânico.

2.2 A crise histórica que provoca a crise da teologia profética

A partir do século VI a.C., os grandes impérios da Mesopotâmia começam a invadir a Palestina. Passo a passo a certeza teológica de um Deus que controla o processo histórico está sendo sacudida ou pelo menos questionada. Perguntas e indagações cada vez mais sérias. Elas se refletem até em certos textos bíblicos, como por exemplo, em Sf 1, 12: “Há pessoas que dizem que Javé não pode fazer nem o bem nem o mal”.

É nessa situação que a teologia histórico-escatológica dos profetas começa a ser questionada. É nessa situação de dúvidas crescentes que finalmente eclode a grande catástrofe histórica do exílio, em 587 a.C. A situação no início do exílio se apresenta de maneira desastrosa: Todas as promessas já realizadas se perderam. O povo morto em grande parte; a terra não pertence mais a ele: em vez de liberdade, vive de novo na escravidão, a aliança com Javé parece ter sido quebrada, e em vez de paz se vê guerra em todo lugar. Será que Deus abandonou o seu povo? Ou será que, talvez, Javé é menos poderoso que Marduk, o deus da Babilônia, em cujo nome os exércitos dele aniquilaram as forças de Israel?⁵⁴

Os profetas da época do exílio e do pós-exílio respondem a essas indagações, e nas suas respostas acentuam a fidelidade de Javé, “apesar de tudo”. Argumentação que culmina na profecia do Dêutero-Isaías (Is 40- 55). Deus resgata o seu povo, porque ele é Deus fiel (cf. Is 43, 22-28). As palavras usadas para transmitir esta certeza são às vezes de uma beleza poética, cheia de confiança e de consolo: “Só por breve instante eu te abandonei, mas com imensa compaixão te reunirei. Por uma súbita explosão de cólera, por um momento escondi de ti a minha face; mas é com benevolência duradoura que de ti me compadeço, diz o senhor, teu fiador” (Is 54, 7-8). “Como poderia ser repudiada a mulher a quem se amou na juventude? Diz teu Deus” (Is 54, 6).

⁵⁴ Cf. VV.AA., *Eschatologie*, Festschrift für E. Neuhausler, p. 31.

Nos textos proféticos, esta esperança contra todas as aparências mantém sempre a visão de uma nova vida “neste mundo”. Herbert Vorgrimler formula esse fato essencial de maneira muito clara: “Onde o reinado de Javé é proclamado, os profetas se referem à nova situação da humanidade e do mundo, na qual são realizados o direito e a justiça, a paz e a segurança. Nunca compreende essa nova situação como sendo uma vida eterna num mundo totalmente outro, fora da história”.⁵⁵

A crise da fé constitui, assim, uma radicalização da esperança. Deus permanece sendo o Deus fiel que realizará as suas promessas. A grande questão é como ele as realizará diante da nova situação histórica, na qual todas as antigas perspectivas e imaginações dos projetos divinos se revelaram como sendo inviáveis, errôneas ou falsas.

A catástrofe de 587 a.C. não destruiu a esperança nas promessas de Deus. Ela mostrou que a realização dessas promessas não seria feita assim como os intérpretes dos textos haviam imaginado. Podemos até dizer que a experiência da dispersão e do exílio serviu para destruir as ideias cimentadas e institucionalizadas, que se tinham formado dos projetos de Deus. As projeções históricas dos teólogos foram reveladas como falsas, e a identificação do futuro reinado de Deus com o reino dos sucessores de Davi se mostrou uma ilusão. Frente aos escombros de um modelo escatológico destruído, era difícil também imaginar o futuro reinado de Deus em termos de resultado de um processo histórico contínuo.

Para a fé da época, todavia, ficava evidente que o futuro reino de Deus deveria ser pensado de outra maneira. A teologia profética depois do exílio revela nitidamente uma mudança de perspectiva. Mas ela revela, ao mesmo tempo, o grande esforço de manter a fé, de reforçar a esperança no agir histórico de Javé, “apesar de tudo”.

⁵⁵ Cf. VORGRIMLER, H. *Hoffnung auf Vollendung*. p. 24

2.3 A teologia escatológica dos profetas após o exílio

Conforme a pregação dos profetas, esse novo futuro também se realizará como processo evolutivo dentro da história. Mas, o resultado desse processo não será mais a continuação da antiga tradição. O esforço da pregação profética conseguiu manter a esperança do povo em Javé. Mas, esta esperança desesperada da época pós-exílica podia cada vez menos imaginar o agir de Deus como força imanente do processo histórico. “Essa visão”, diz Gerhard Von Rad, “devia perder-se sob a influência do código sacerdotal e de sua teologia cultural não escatológica (...) a consolidação da comunidade cultural pós-exílica preenchia as esperanças de restauração (...) eliminando, de forma cada vez mais sistemática, as ideias escatológicas”.⁵⁶

Isso não significa que a expectativa escatológica dos profetas desapareceu de vez, mas apenas através de todo um processo de mudanças. Pablo Richard mostra como a nova tendência hierocrático-sacerdotal, passo a passo, começou a predominar sobre o movimento profético-popular, no qual podemos ver a continuação da concepção escatológica dos profetas, adaptada à nova situação do pós-exílio.⁵⁷

A nova perspectiva sacerdotal finalmente predominou. Ela ganhou mais força, também, porque o grande êxodo, profetizado pelo Segundo - Isaías, não se realizou (cf. Is 66,18 ss). A grande peregrinação de todos os povos para Jerusalém não aconteceu (Is 60). Em vez disso, vieram as experiências sangrentas e traumáticas das perseguições sob o império helênico dos Selêucidas, sobretudo de 242-187 a.C. (cf. Dn 2,28; 2, 44; 7, 13 ss). Tudo isso ampliou e fundamentou ainda mais a convicção de que a realização dos planos de Deus não seria possível dentro dessa história. Mas, por outro lado, se mantinha a esperança na fidelidade de Javé. Só que esta esperança se exprimiu no judaísmo tardio do século III a.C. ao I a.C., predominantemente de maneira nova.

⁵⁶ Cf. VON RAD, G. *Teologia do Antigo Testamento*, p. 289; Cf. RICHARD, P. *Apocalipse*, pp. 25-29.

⁵⁷ Cf. RICHARD, P. *Apocalipse*, pp. 25-27

A esperança desesperada da época pós-exílio só podia imaginar o futuro agir de Deus como destruição catastrófica dessa história e irrupção descontínua de algo totalmente novo.

2.4 Perspectiva apocalíptica no Antigo Testamento

Surge assim uma nova interpretação teológica da história. Ela será chamada aqui de “perspectiva apocalíptica”.

Os termos “perspectiva escatológica” e “perspectiva apocalíptica” nos parecem adequados para distinguir as duas expectativas históricas da esperança, que marcam toda a história de Israel, e que, mais tarde, podem ser constatadas também na esperança histórica da era cristã.

Na história de Israel, a perspectiva escatológica, proclamada pelos profetas, defende a ideia de que a realização do projeto histórico-escatológico de Deus se faria como processo dentro da história. Essa concepção foi abandonada. Depois do exílio e, sobretudo na época da opressão dos Selêucidas, ela, apesar de nunca desaparecer totalmente, foi progressivamente substituída por outra expectativa, chamada aqui de “perspectiva apocalíptica”.

Os pontos chaves da nova compreensão do agir histórico de Deus podem ser resumidos nos seguintes termos:

- A realização do projeto histórico de Deus está cada vez mais transposta para futuro longínquo;
- O projeto em si só pode ser imaginado como obra exclusiva de Deus, sem participação direta dos homens;
- A concretização do projeto tem como pressuposto indispensável a destruição catastrófica do mundo presente.

Esta concepção substitui a concepção escatológica da teologia profética, na qual não se fala de holocausto. A exegese tradicional costumou acentuar mais a opinião de que a teologia dos apocalipses significa ruptura total com o passado. Um novo começo que de certa maneira rejeitou toda a continuidade com a antiga visão

processual da história, assim como era marcada a teologia dos profetas. Gerar von Rad, na sua obra clássica sobre a Teologia do Antigo Testamento, formula esta opinião em termos bem claros. Segundo ele, a compreensão da história dos Apocalipses é “inconciliável com a dos profetas (...) não há caminho algum que leve desta à concepção apocalíptica da história”.⁵⁸

Esta convicção se baseia, sobretudo no fato de os apocalipses apresentarem a história a partir de um determinismo acentuado. Os profetas tinham insistido na colaboração entre Javé e o seu povo. O agir do povo era fator decisivo para o curso da história, e por causa disso este povo tinha de participar dos planos de Deus. Os apocalipses, por sua vez, excluem a colaboração direta do povo. Conforme a visão deles, tudo já está previsto de antemão.

“Deus mediu as horas com uma medida e contou os tempos segundo suas cifras. Ele não as modifica e não as desperta antes que a medida anunciada se realize” (IV Esd 4, 37). Exatamente nessa concepção determinista, no entanto, se baseia a mensagem de esperança dos apocalipses. Se tudo já está previsto de antemão, então também a presente situação de perseguição e desgraça faz parte dos planos de Deus.

Deus não fica de fora da história. Ele permanece o Senhor dos acontecimentos, e por causa disso fica possível à esperança, apesar de todas as aparências opostas. Isso, sobretudo porque a salvação de seu povo também já foi prevista, já foi determinada. As catástrofes do presente podem parecer uma negação de toda esperança, mas tal aparência é engano. Na realidade, Deus continua dirigindo os acontecimentos.

Contra a afirmação acentuada de uma ruptura total, a exegese moderna insiste mais no fato de que entre a teologia profética e a apocalíptica existe também uma continuidade. “... quem queria excluir”, diz F. M. Marquardt, “que também os apocalípticos judaicos eram filhos dos profetas”?⁵⁹

⁵⁸ Cf. VON RAD, G. *Teologia do Antigo Testamento*, vol. 2, p.300.

⁵⁹ Cf. MARQUARDT, F. *Was dürfen wir hoffen*, vol. 2, p. 155.

Sem nos aprofundar, parece-nos importante a constatação de que a teologia dos apocalipses na realidade apresenta os dois aspectos: ruptura e continuidade. De um lado, ela desenvolve uma visão nova da história; de outro lado, porém, apresenta também uma clara continuidade em determinados aspectos. O elemento mais significativo, nessa continuidade, é a convicção já formulada pelos profetas depois do exílio: Deus fará algo totalmente novo.

2.5 Características básicas da perspectiva apocalíptica

O pensamento apocalíptico não compreende a história em termos de um processo linear. A ideia de uma evolução contínua lhe é alheia. A justaposição de acontecimentos não significa causalidade temporal e muito menos evolução histórica. Os apocalipses pensam na história a partir do modelo de “eons”, de “milênios”, de épocas históricas fechadas em si, autônomas e sem interdependência. Essas épocas se sucedem cada uma independente da outra.

Cada uma dessas épocas, desses “milênios”, pode servir como paradigma, para o agir histórico de Deus. Assim, as experiências históricas do presente problemático podem ser compreendidas com referência a alguma época problemática do passado, onde Deus também agiu.

O que aconteceu em algumas das épocas passadas pode tornar-se paradigma para os acontecimentos em outros milênios, e, sobretudo na época presente. Isso significa em termos concretos que, se Deus, em épocas passadas, mostrou que salvou o seu povo da mão dos perseguidores, fato que já aconteceu anteriormente, então essas experiências do passado podem servir de modelo para compreender o que se passa na época atual.

A influência da religião persa de Zaratustra se torna evidente na maneira como o pensamento apocalíptico compreende o processo histórico. Ele se desenvolve numa dialética dualista, em cujo centro há como constante cósmica a luta entre o bem e o mal. Essa luta terminará no final dos tempos com a vitória do bem sobre o mal, de Deus sobre o diabo, assim o pronunciou Zaratustra, e assim o proclamam também os apocalipses.

O otimismo do modelo apocalíptico da história era, na situação histórica de Israel, o grande consolo e a garantia da esperança: A luta entre as forças do bem e as do mal pode sacudir o povo eleito como quiser, o êxito dessa luta já foi predeterminado. Deus vencerá, e com ele vencerá o povo perseguido e oprimido. Eis a grande mensagem de esperança, contida no pensamento apocalíptico. Eis o grande grito de vitória dos oprimidos em toda situação desesperada, seja na época da opressão de Selêucida, seja hoje. Deus já de antemão programou o fim de todo poder opressor.

A teologia apocalíptica formula esse grito de vitória com todo vigor. Ela se torna assim garantia para a dimensão histórica da esperança “apesar de tudo”.

Se Deus é fiel, a sua fidelidade vale não só para os vivos e seu contexto histórico. Ela deve abranger também aqueles que morreram. Ela deve incluir também aqueles que foram mortos nas perseguições, os mártires pela causa de Deus. Se Deus é fiel a eles, a única consequência possível é que ele os ressuscita da morte. É a partir de tais reflexões que se forma a fé numa vida para além da morte.

Influenciados por modelos helênicos dualistas, os textos seguintes desenvolvem a concepção da ressurreição dos mortos. Nela se dá ênfase especial à reflexão sobre a ressurreição dos mártires (Dn 12; 2 Mc 7,14). Esta ressurreição é sempre compreendida como “ressurreição celeste imediatamente após a morte”,⁶⁰ Não se trata, porém, de uma ressurreição da alma, como encontramos no contexto helênico.⁶¹

Encontramos assim, mais uma vez, a característica que marca a totalidade da esperança em Israel: Toda esperança é concreta. O conteúdo da esperança é parte da vida. Começando com a esperança na promessa de ter prole, passando pela esperança de possuir a terra prometida e de realizar o reino da paz, a esperança se amplia e se desenvolve sempre ligada à vida concreta. Passo a passo, adquire

⁶⁰ .VORGRIMLER, H. *Hoffnung auf Vollendung*, p.30.

⁶¹ Cf. KELLERMANN, U. “*Ueberwindung des Todesgeschicks in der alttestamentlichen Frömmigkeit*”, em: *Zeitschrift für Theologie und Kirche* 73 (1976), pp. 259-282.

dimensões mais profundas, até chegar à esperança de vida em plenitude, junto a Deus, na eterna comunhão de felicidade e de amor.

2.6 Teologia apocalíptica – Esperança e também medo que produz medo

A esperança na última vitória de Deus sobre o mal, da qual falávamos, está sendo fundamentada pelos apocalipses a partir da convicção de que Deus põe um fim definitivo a esta história de opressão. A discussão teológico-exegética atual acentua com toda a razão que os textos apocalípticos tinham a importante função de manter viva a esperança do povo, apesar de todas as experiências de fracassos históricos. As imagens apocalípticas vistas assim, se tornam realmente mensagens de esperança. É uma esperança, porém, que só se consegue manter com a expectativa na destruição da história atual e no iminente holocausto cósmico.

O próprio Deus acabará com toda esta história. Ele julgará os ímpios, e como pressuposto desse julgamento eliminará tudo aquilo em que eles se agarram. Essa história será arrasada, este mundo destruído, um holocausto cósmico aniquilará todas as obras do orgulho e da vaidade humana. “A história não termina no vazio nem com a vitória dos ímpios, mas com a salvação dos “escolhidos” e fiéis de Deus”.⁶²

Eis a expectativa histórica dos apocalipses. Uma expectativa desesperada, que só consegue manter a esperança pelo preço de uma visão arrasadora, de um holocausto terrificante. A esperança apocalíptica mantém firme a convicção de que os seguidores de Deus fazem parte dos eleitos. A partir dessa perspectiva, estes seguidores formam a elite daqueles que serão salvos. Deus salvará aqueles que agora são oprimidos. Ele punirá só os ímpios, os opressores e todos os inimigos dele. Enquanto essa convicção permanecer, a esperança desesperada se manterá.

Mas, o tempo passou e, com o passar do tempo, desapareceram até as perseguições e opressões que haviam motivado a expectativa apocalíptica. O que não passou, porém, foram as imagens dessas expectativas. Com o tempo, até os piedosos, talvez, começaram a ter certas dúvidas sobre a certeza de sua salvação.

⁶². CROATTO, J. “*Apocalíptica e esperança dos oprimidos*”, em RIBLA 7, 1990/3, p.15.

E quanto mais se descreveram as calamidades desse esperado fim do mundo, tanto mais no decorrer da história de recepção dessa mensagem se formou também para os fiéis, a pergunta se eles realmente escapariam dessas calamidades.

Essa indagação cresceu com o passar dos séculos, e levou a uma situação que produziu, em muitos casos, a inversão da esperança apocalíptica inicial. Porque aqueles contra os quais as ameaças apocalípticas eram formuladas, perderam o medo diante de tais ameaças, enquanto os outros, os piedosos, em muitos casos começaram a temer aquilo que lhes deveria trazer esperança.

Constatamos assim uma verdade muitas vezes esquecida na interpretação atual dos textos apocalípticos. Esses textos eram mensagens de esperança só para um grupo específico. Mas para os outros, os não eleitos, os textos se tornaram tremendas ameaças. E quanto mais, no decorrer do tempo, as ameaças permaneciam, tanto maior era o número até dos eleitos, que começaram a duvidar de sua eleição. Como resultado de tal tensão dialética, cresceu no decorrer do tempo não só o número daqueles que se sentiam ameaçados, cresceu da mesma maneira dentro do próprio grupo dos “eleitos” um desejo de vingança.

O fim do mundo, o dia em que Deus acabará com esse “eon”, se torna o grande dia da vingança do Senhor.⁶³ Vingança esta que satisfaz não só a pressuposta ira do Deus ofendido, mas, sobretudo também o desejo de vingança dos que até aquele momento sempre foram oprimidos e ridicularizados: o grupo dos “escolhidos”.

Com o decorrer do tempo, a esperança no agir vitorioso de Deus está sendo transformada cada vez mais numa expectativa temporal. O grande grito do povo oprimido - “quanto tempo ainda deve passar, até Deus se manifestar” - este grito se concentra cada vez mais na pergunta sobre quando acontecerá o fim tão esperado da época de perseguição. E sendo que esse fim só podia ser imaginado em termos de um fim do mundo, a indagação finalmente pára no questionamento sobre a data desse fim do mundo.

⁶³ Cf. a evolução do motivo, começando com textos proféticos (p. ex., Jr 34,8; Is 61,2) até as mensagens respectivas de Fátima e Lourdes, as concepções da “Nova Era” e os movimentos milenaristas atuais, com os seus milhões de adeptos.

2.7 A compreensão do Reino de Deus na Idade Moderna

A Idade Moderna é marcada por importantes mudanças históricas, no campo religioso, não seria diferente. Com o término da Idade Média, as concepções medievais se extinguíram tanto no aspecto político e geográfico, quanto no aspecto religioso, eclesiástico e social. Sendo assim, na Idade Moderna, o Reino de Deus já não possuía uma representação concreta, que pudesse ser utilizado pelo Estado e pela Igreja. A partir deste momento, as concepções do reino de Deus passaram a ser responsabilidade da filosofia e da teologia especulativa, sendo fomentadas e condicionadas a partir de pontos de interesses.

A Teologia Contemporânea teve grande influencia do filósofo Immanuel Kant (1724–1804) – filósofo e teólogo, ele não apenas se projetou sobre o século XIV, mas, sobretudo sobre o século XX. O reino apocalíptico que Jesus pregou, não avançou muito até o surgimento das ideias do filósofo, que colocou o tema do reino de Deus no centro do pensamento e da vida eclesiástica, assim o tema foi amplamente abordado. Ele define o reino de Deus como o mais elevado bem moral que uma comunidade humana pode alcançar, acredita que com a educação e os esforços morais a comunidade alcançará este, como um fim mais elevado. O plano divino está inserido no homem, que deve o executar, tendo em vista a consumação de sua harmonia. Segundo ele, temos todos os elementos para a construção do reino, a história, a evolução, a educação e moralidade e a natureza. Apesar disto, Kant é acusado de tratar com hostilidade a Igreja e reduzir o cristianismo à moralidade.

Uma nova teologia e um novo mundo foram modelados, a autonomia preconizada por Kant, a emancipação de valores exteriores produziu uma avaliação elevada da capacidade humana, a razão humana como autoridade final e como triagem para a verdade. Para o filósofo, a verdadeira religião não consiste em conhecer o que Deus fará para nossa salvação e sim o que devemos fazer para sermos dignos a ela.

Com o Renascimento, surgiu o interesse pela Antiguidade e assim os textos pagãos e cristãos foram estudados e reunidos, com isso houve uma compreensão histórica destes escritos. Estes estudos levaram a descoberta progressiva do tema judeu-cristão, de um reino apocalíptico e redescobertas sobre publicações dos pseudepígrafos de apocalíptica judaica e por obras místicas. Mas o interesse pelo

neoplatonismo e neopaganismo hostis à fé, virou um obstáculo para a compreensão do reino.

Após o ano de 1450, surge Jerônimo Savonarola (1452 – 1498), importante figura religiosa do renascimento Italiano, sua inspiração não era somente a Bíblia, mas também o Tratado da Profecia, obra de Tomás de Aquino, integrada a obra Suma Teológica. Savonarola tinha planos de derrubar a família dos Médicis, reinante na época e criar uma cidade-estado, uma república em que Cristo era Rei. Durante suas pregações, fazia diversas críticas as opiniões do clero e do papado, que mantinham a sociedade à espera de uma intervenção divina na história e a restauração do cristianismo através de uma democracia teocrática. Embora ele não aborde diretamente o tema “Reino de Deus”, desejava implantar uma “república de Cristo”.⁶⁴

Obras de modelos utópicos de compreensão secularizada do reino de Deus começam a ganhar força nesta nova era, estas trazem um esquema de sociedades ideais e críticas aos abusos de autoridade da época. São exemplos de obra “Utopia” de Tomas Morus, que descreve uma comunidade ideal, vivendo sob a lei natural das coisas e mais tarde, a obra “Cidade do Sol” é escrita por Tomas Campanella, que descreve uma sociedade controlada por padres-filósofos, com um modelo de sociedade com sistema de classes estáticas e o Estado seria submetido ao controle do Papa. Em Cidade do Sol, a religião é reduzida a lei natural e aos sacramentos, a centralização burocrática caberia ao campo político. A palavra utopia foi inventada por Morus no século XVI para designar literalmente um “não lugar”, que para o filósofo, significava uma sociedade perfeita, pacífica e fraterna.

Com a descoberta do novo mundo, aspirações joaquinistas deram origem às especulações utópicas e aos projetos dos Jesuítas. No Brasil, devemos mencionar Antônio Vieira (1608 – 1697), que pregava inspirações proféticas e trabalhou para melhorar as condições de vida dos índios que aqui habitavam. Vieira deixou uma obra inacabada, Chave dos Profetas, que tratava do reino de Deus sobre a terra. Após a extinção dos jesuítas⁶⁵ em 1773, também sob inspiração missionária

⁶⁴ Cf. Viviano, B. T. o.p *Lé royaume de Dieu dans l'histoire*. p. 131 – 132.

⁶⁵ A Companhia de Jesus foi extinta no dia 12 de agosto de 1773, pelo Papa Clemente XIV através da Bula *Dominus ac Redemptor*, com antedata de 21 de julho. Ele justificou a supressão alegando à necessidade de uma paz duradoura enquanto a ordem existisse e que seus membros poderiam se ocupar com maior proveito nos vários ministérios. A Companhia foi restabelecida por Pio VII com a

joaquinista, o franciscano Junípero Serra, construiu vinte missões na costa californiana, com objetivo também de proporcionar melhor qualidade de vida aos índios.

O início da reforma protestante, no século XVI, levou de volta às Escrituras e a redescoberta das mensagens bíblicas sobre o reino de Deus, mas não ocorreu com os luteranos, calvinistas ou anglicanos, mas sim com grupos marginais, como anabatistas⁶⁶ e tempos depois com os pietistas⁶⁷. As correntes da Reforma protestante tinham como objetivo essencial radicalizar a mensagem sobre salvação, mediante a graça e fé. Os calvinistas declinaram para as Escrituras hebraicas e os anglicanos para o Quarto Evangelho, ambos tinham interesses nas parábolas de Lucas, sobre o perdão dos pecados.

Lutero (1483-1546) desenvolveu uma doutrina de dois reinos e explica a distinção entre o reino político e o reino de Cristo, em Apologia. O reino de Cristo, seria espiritual, conhecer a fundo Deus e temê-lo, conhecer a fé, a justiça e a vida eterna, já o reino político, seria Deus assumindo autoridade civil. Para o filósofo, os homens estão separados em duas categorias, uma pertencente ao reino de Deus e a outra o reino do mundo. Todos de fé pura, crentes em Cristo, pertencem ao reino de Deus, onde Cristo é o Rei e o Senhor de tudo. Enquanto que no reino do mundo, pertencem aos não cristãos, estes estão sujeitos a Lei. Seu pensamento social possui tendência conservadora e não há intenção de desenvolver revolução econômica ou social, pensava na ameaça do fim dos tempos, mas não acreditava em uma intervenção divina para mudar as ordens dos fatos sobre a terra.⁶⁸

Outras duas figuras de destaque da Reforma clássica foram Martin Bucer (1491-1551) e Calvino (1509-1564). Bucer foi dominicano, excomungado e refugiado em Estrasburgo, onde exerceu a função de pastor e reformador. Em 1549, expulso

bula *Sollicitudo omnium Ecclesiarum*, em 17 de agosto de 1549. Cf. MARTINA, G. 2 ed. V.2. *História da Igreja – de Lutero a nossos dias. A era do absolutismo*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 296.

⁶⁶ Aqueles que queriam a Reforma da Igreja, mas eram contra ideais de Lutero, Zwinglio e Calvino. Por razões polêmicas, esses dissidentes protestantes foram denominados como “anabatistas” ou “rebatizadores”. Cf. BLOUGH, N. Anabatistas. In: LACOSTE, J. *Dicionário crítico de Teologia*. p. 118.

⁶⁷ Faziam parte do movimento de reforma protestante depois da Reforma chamada “pietismo”, seu objetivo era retornar ao cristianismo primitivo e os impulsos iniciais da Reforma. Tinham como objetivo o retorno da Bíblia, a promoção da individualidade e a fé pessoal ou a de pequenos grupos. Difundiu-se, sobretudo na Prússia e em Wurtemberg. Cf. BOUREL, D., Pietismo. In: LACOSTE, J. *Dicionário crítico de Teologia*. p. 1399.

⁶⁸ Cf. VIVIANO, B. T., o.p. *Lê royaume de Dieu dans l'histoire*. p. 146.

de Estrasburgo, foi recebido na Inglaterra, onde se tornou professor de teologia do rei Eduardo V, em Cambridge, onde redigiu sua última obra para o rei, O Reino de Cristo. Tinha a esperança que durante seu reinado, Eduardo V, instalasse a Reforma na Inglaterra, assim haveria grande mudança na vida da nação. A obra se baseia na teologia bíblica e aborda uma sociedade cristã, que inclui Igreja e o Estado. Bucer comenta os evangelhos sinóticos e ensina que a vida do homem deve seguir a vontade de Deus, revelada na Bíblia Sagrada. Suas ideologias têm influência na Igreja anglicana.

Calvino foi o principal organizador e líder da Igreja reformada em Genebra, ele faz referências ao reino de Deus, que significa a remissão dos pecados, a vida, a salvação e todos bens que são concedidos a nós, por Cristo. Quando os homens renunciam a si próprios, desprezam a vida terrestre, aceitam Deus como rei e aderem à justiça divina para uma vida celestial. Por não concordar com a escatologia apocalíptica, sua maior preocupação era opor-se a Igreja romana e aos anabatistas. Acreditava que o reino era um bem espiritual, o céu ou até as Igrejas, mas nunca a Igreja do papa ou o Estado. Sua doutrina influenciou para a formação de um governo democrático conservador característico dos países anglo-saxões e da Suíça.⁶⁹

Os anabatistas possuíam um grande domínio sobre o tema reino de Deus, foram os únicos a associar a mensagem evangélica sobre o reino com objetivos sócio-políticos, criando assim, uma ordem mais justa. O grupo defendia a liberdade, a democracia e a tolerância religiosa. Sua influência se destaca nos Estados Unidos, onde predomina até os dias atuais.

Após período de predominância alemã, no século XIX, surge a filosofia de Schelling e Hegel, que sintetiza o pensamento romântico e ilusionista. Ambos se viam como agentes que participam do nascimento do reino de Deus, que uma vez interessados nas problemáticas religiosas, sobretudo nos significados do Espírito e da Trindade. Para Schelling, o classicismo pagão vê Deus na natureza e no espaço, enquanto o cristianismo encontra Deus, como um reino moral, no tempo e na história. Hegel organizava em três etapas o entendimento da filosofia do cristianismo, sendo elas: 1) o reino do Pai, que aborda a doutrina de Deus; 2) o reino do Filho, trata dos ensinamentos, da queda, da encarnação, da morte e

⁶⁹ Cf. VIVIANO, B. T. o.p. *Leroyaume de Dieu dans l'histoire*. p. 154-155.

ressurreição; 3) o reino do Espírito, aborda a doutrina da Igreja, da vida cristã e sacramentos. O reino do Espírito é descrito por Hegel como uma vida espiritual, um ser vivo, a presença de Deus em cada um de nós e o centro da pregação. O filósofo apresenta uma visão de comunhão entre Deus e a humanidade, o reino de Deus é para ele a Igreja, a vida, a preservação e a fé no Espírito. Porém, identificando o reino de Deus como a Igreja, torna o Estado o reino de Deus, pois a Igreja é uma instituição subordinada ao Estado.

Os colegas de estudos filosóficos se avigoraram para incluir a história e o tempo nas estruturas da metafísica grega, contribuindo assim, para um pensamento de evolução da natureza e na doutrina da Igreja. Romperam assim a convicção de que todos os pecados seriam perdoados após a chegada ao céu, pois acreditavam que Deus intervém ao longo da história do homem.

Na Escola de Tubinga, no século XIX, segundo a convicção de J. S. von Drey (1777-1853) o reino de Deus deveria ser o princípio de todo pensamento cristão. Através da ideia do reino de Deus, fez uma ligação entre as verdades universais e da filosofia e as verdades ligadas ao tempo de revelação bíblica e da doutrina da Igreja. J. S. von Drey, adotou de Kant a ideologia de que o reino de Deus é necessidade da própria razão e se baseou em Schelling e Hegel, para fazer uma ligação entre o ser e o tempo, a revelação e a razão. Ainda na Escola de Tubinga, J. B. Hirscher (1788-1865), construiu uma moral que se baseia em conceitos dos Evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas. Construindo uma moral da Igreja, do Estado e da Família, sua obra teve grande influência na organização social e política, moral essa que teve alcance em toda Alemanha.

As contribuições dos filósofos e teólogos na era Moderna, em geral, criou condições para que o concílio do Vaticano II pudesse determinar a Igreja o reino de Deus já presente em mistério (LG 3) e ao mesmo tempo como comunidade que deve servir ao reino de Deus, pela proclamação da Palavra (LG 35), pela assistência múltipla e pela prática diária). (LG 36) ⁷⁰

⁷⁰ Cf. VIVIANO, B. T. o.p. *Lê royaume de Dieu dans l'histoire*. p. 171-177.

3. A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DO REINO DE DEUS HOJE

3.1 O Reino de Deus da atualidade

A crescente unificação do mundo através dos meios de comunicação social e da mobilidade social está criando novos meios de se relacionar e de se expressar. Hoje, vivemos numa época de mudanças constantes e aceleradas, definida como mudança de época.⁷¹ Tarefa e desafio para o homem e a mulher contemporâneos que diferente de outras épocas, as mudanças tem tido alcance global provocando maior atenção à vida em todas as suas formas.

Tudo o que concorre para o surgimento da vida deve ser objeto do cuidado por parte de todos. Todos os seres, especialmente os vivos, são interdependentes. Não dá para pensar a vida humana fora do contexto maior da vida em geral, da biosfera e das condições ecológicas que sustentam o processo inteiro.⁷² Este processo imprime à realidade situações contrastantes. De um lado, as ciências têm demonstrado que o ser humano é relação e que um fato tem repercussão no todo, como uma cadeia de relações. Nada e nem ninguém está solto. O ser humano tem um princípio e um fim, Deus. Por outro lado, a dignidade e os direitos inerentes à pessoa humana são obscurecidos pelo individualismo “cada um passa a ter sua dignidade reconhecida apenas em função de sua capacidade de produzir e dominar. A própria vida humana esvazia-se de sentido e de valor em si mesma”.⁷³

O consumo tem ganhado valor absoluto, ao passo que o valor da vida humana é relativizado e é conduzido por um sistema que maltrata e oprime. Constroem assim, o reino da morte. A proposta do Reino de Deus caminha na contramão dos impérios, de ontem e de hoje, que promovem a morte. A vida de

⁷¹ A reunião dos Bispos da América Latina chama a atenção ao desafio sócio-cultural do momento atual denominando-a mudança de época. Quer assim afirmar que não só vivemos mudanças, mas vivemos uma nova época que vem marcada por novas concepções e relações humanas. In: CELAM V. *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Latino-Americano e do Caribe. Brasil.*: Edições CNBB/ São Paulo: Paulinas/ Paulus, 2007, n. 44, p. 32.

⁷² Disponível em: <http://www.leonardoboff.com>. Acesso em: 19 de dezembro de 2018

⁷³ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Campanha da Fraternidade 2008. Texto base/Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. CNBB. São Paulo, Salesiana, 2008. Número 39.

Jesus é um serviço à vida humana, principalmente, dos mais pobres e excluídos: diante do individualismo, ele convoca a viver e a caminhar juntos formando uma comunidade de amigos; diante da indiferença, ele propõe a acolhida e o amor fraterno a todas as pessoas; diante das discriminações com o doente, o deficiente físico, a mulher, ele defende a dignidade inalienável de cada pessoa humana. Nas realidades globais ou num aglomerado de gente, Jesus é sensível às realidades mais simples e humanas; na multidão, ele vê pessoas, não uma massa de gente sem rostos e sem história. Assim, ele se mostra próximo e solidário, sobretudo com os mais enfraquecidos. Seu comportamento revela a bondade e a misericórdia de Deus. Através da parábola do Samaritano (Lc 10, 30-37) Jesus chama atenção para a sensibilidade e necessidade dos outros, a ter compaixão e defender a vida em primeiro lugar, sem distinção de raça, credo ou cultura.

A atitude de misericórdia de Jesus é universal, ou seja, a todos indica o caminho da comunhão fraterna e a busca da vida em plenitude. No contexto da América Latina esta tarefa toma uma forma específica, segundo sua história, cultura e preocupações. O problema maior neste continente é, conforme nos alerta Libânio, a manipulação do nome de Deus como justificativa da pobreza de muitos e a riqueza de poucos. Urge uma teologia libertadora conectada com uma profunda experiência de Deus e seguimento de Jesus pobre.⁷⁴ Urge discernir os conhecimentos e práticas que conduzem à vida e aqueles que desviam deste caminho, colocando-se a caminho da morte. O encontro com Cristo convoca a escolher a vida. Trata-se de “discerni tudo e ficai com o que é bom” (1 Ts 5, 21). É preciso sempre recordar a missão de Jesus, “que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10, 10). Assim, encontrar Cristo é encontrar a vida. Nele se cumprem todas as promessas e nele se manifesta, definitivamente, o caminho da vida. O Reino que Jesus anuncia é o Reino da vida em toda sua integralidade e radicalidade. A realidade contrastante que vive, paradoxalmente, o ser humano, de uma globalização que aumenta a distância entre as classes sociais, produz desemprego, violência e disputa entre países, que supervaloriza o sujeito individual em detrimento do compromisso social, ao contrário de unir forças e conhecimento, proporcionado pela mobilidade das

⁷⁴ Cf. LIBÂNIO, João B. *Panorama da Teologia da América Latina nos últimos vinte anos*. In: LIBÂNIO, João B.; ANTONIAZZI, A. *Vinte anos de teologia na América Latina e no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1993, p. 69.

populações e comunicações que são alguns de seus benefícios, torna urgente falar do Reino de Deus.

A realidade humana demanda que se fale a partir da experiência concreta e grita pela vida vinda do Reino, e a pregação de Jesus está caracterizada por uma urgência que não pode ser maior: o Kairós está presente (cf. Lc 12, 56) e manda anunciar que com Ele a vida é restaurada e que aos pobres é proclamada a Boa Notícia (cf. Lc 7, 22).⁷⁵ Os pobres significam em Lucas, os desprovidos do necessário para viver e também àqueles para os quais o Reino já está se realizando. Isto revela que Deus se faz presença no meio do povo e onde está o povo.⁷⁶ A libertação que nos pobres se concretiza e que eles testemunham como Boa Notícia, torna a mensagem do Reino imprescindível e desafiadora hoje.

A sociedade plural e antropocêntrica contemporânea exige uma linguagem clara e objetiva para ser creditada e crida, paralelamente faz surgir limites e questionamentos à validade de um termo tão antigo como é o Reino de Deus. Nesta sociedade, racionalista, impera ainda, o discurso cartesiano de obter ideias claras e distintas. Assim, exige que todo conhecimento seja objetivo. Os meios de comunicação de massa têm trabalhado para uma visão de felicidade e criação de uma linguagem querendo impor-se como autêntica cultura, ou mesmo, como civilização. Acrescenta a estes limites em falar em Reino de Deus hoje, a história de nosso país, Brasil, em que a palavra está muitas vezes, associada a um passado longínquo, de riquezas, luxo e escravidão. De modo que falar de Reino é estar sujeito a não ser audível ao mundo hoje ou ser considerado somente em sua dimensão política e social. Há que considerar que nesta sociedade há um ser humano orientado para algo maior, vocacionado a ser humano, que não se contém num círculo fechado, nem se define, meramente, como ser pensante e racional, mas sabe-se construtor do destino humano e até cósmico, chamado, constantemente, a se transcender, a dar resposta Àquele que é o último em sua vida. Ser humano, que na linguagem joanina, vive à busca da água verdadeira, da fonte que jorra até a vida eterna, busca o Mistério que envolve sua existência, Deus, e que se manifestou em

⁷⁵ Cf. RAHNER, K. *Sacramentum Mundi. Enciclopédia Teológica*. Tomo V. Barcelona, Herder, 1974, p. 885.

⁷⁶ Cf. BOFF, L. *Espírito e missão na obra de Lucas-Atos*. São Paulo, Paulinas, 2003, pp.50- 60.

nossa carne e se chama Jesus Cristo. Vida eterna que é possibilidade concreta em Jesus, “quem beber da água que eu lhe der, nunca mais terá sede. Pois a água que eu lhe der tornar-se-á nele uma fonte de água jorrando para a vida eterna” (Jo 4, 14).

Esta segunda realidade, que denominamos como o desejo de viver o chamado a ser humano, é bem maior e, ainda, atravessa ultrapassando as categorias e linguagens próprias do tempo. Por conseguinte, a expressão e o significado de Reino de Deus, que à primeira vista, pode parecer inexpressivo para a sociedade contemporânea, recuperam seu sentido e vigor, e mais, atinge todos os seres humanos e o cosmos, porque em Jesus todos e todas são incluídos. Os limites que nos advém fruto dos avanços sociais, não são barreiras intransponíveis, eles são, na verdade, desafios a serem enfrentados na força da fé, amorosa e gratuita, que recebemos de Jesus Cristo. Reino de Deus, como veremos, possui uma dinamicidade de maneira que atinge toda a realidade e perpassa a história humana.

A possibilidade do falar em Reino de Deus hoje está assentada em toda a vida de Jesus. Sua vida é chamado e realização do ser humano. Vive uma unidade em suas relações, tendo como centro de vida e pregação o Reino do Pai. Gonzáles Faus designa como bipolaridade essa relação indissociável do Reino de Deus na vida de Jesus. Assim, ele explica: existem duas palavras, somente duas, que ninguém duvida de que Jesus as pronunciou, e não as pronunciou uma vez apenas; ao contrário, eram frequentes e constantes em sua vida. Simplesmente duas palavras-chaves: o termo Abá e a fórmula Reino de Deus. E em ambas temos certamente o melhor e o mais expressivo resumo da vida de Jesus e de seu sentido. Duas palavras cuja primeira mensagem consiste precisamente na vinculação e inseparabilidade das duas.⁷⁷

Falar do Reino de Deus hoje é situar Jesus em sua radicalidade em prol da vida, da libertação de toda opressão que atinge o ser humano e da sua total realização em Deus. Jesus só se compreende e é compreendido em relação ao Pai e ao Reino, realidade que é fruto da iniciativa do Pai. Deus é quem se faz

⁷⁷ GONZÁLES FAUS, J. Acesso a Jesus. *Ensaio de teologia narrativa*. São Paulo, Loyola, 1981, p. 35.

experimentar na vida de Jesus como Pai. Há uma relação intrínseca entre filiação e missão. A consciência que com ele o Reino chegou provém de sua experiência profunda do Pai de ser o Filho amado.⁷⁸ Para o evangelista João, a experiência de Jesus encontra seu fundamento na sua relação com o Pai, “Eu e o Pai somos um” (Jo 17, 11). Isto porque, sua história é, desde o início, história vinculada a Deus, teológica, dialógica, determinada por sua cooperação com o Espírito e com o Pai. Uma história trinitária de Deus, e profundamente, inserida na história da humanidade: Porque nele encontramos um tipo de profundidade humana que nos questiona; em sua vida, palavras e atos tornam-se palpáveis estruturas originárias do ser humano em sua relação para com o Absoluto que fazem despertar a memória daquilo que cada ser humano deveria ser diante dos outros, do mundo e de Deus.⁷⁹

O Reino só é compreendido na relação de Jesus com o Pai. No dizer de Gonzáles Faus, há uma vinculação indissolúvel de modo que “quem não conheceu o reino não conheceu a Deus, mas um ídolo”.⁸⁰ Jesus invoca Deus como Pai, assume seu Projeto, que é o Reino. A partir da cristologia deste autor, poderemos perceber que para uma integração da existência humana e do cosmos há possibilidades e, mais, é fundamental falar de Reino de Deus anunciado por Jesus, pois com ele, “se dá de forma extrema a irrupção do sentido da existência como comunhão e participação de tudo com Deus”.⁸¹ Diante de Jesus e seu projeto, o ser humano está, constantemente, se deparando com sua própria história de vida, assumindo sua identidade e missão na história do mundo, sem violência e sem máscaras.

A mensagem do Reino de Deus ultrapassa todas as interpretações feitas ao longo da história sobre a expressão Reino, como também supera as expectativas humanas por ser Boa Notícia de vida em abundância, e vida plena; Jesus Cristo revela a vida e reivindica o mundo para que se permita transfigurar em Deus, deixando, Deus ser Deus no meio dele. Em suma, as diferentes compreensões e a

⁷⁸ Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo libertador: ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo*. 19 ed, Petrópolis: Vozes, 2008. p. 161.

⁷⁹ BOFF, L.. *Jesus Cristo libertador: ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo*. 19 ed, Petrópolis: Vozes, 2008. p. 248

⁸⁰ GONZALES FAUS, J. *Acesso a Jesus*, pp. 44-45.

⁸¹ *Ibid.*, pp. 36-37.

própria palavra Reino de Deus, se apresentam como a possibilidade vital para o ser humano e o mundo.

3.2 A perspectiva teológica na América Latina

Toda reflexão teológica tem presente a realidade em que está inserida ainda que seu ponto de partida seja o mesmo, a saber, Deus. Isto porque, nenhuma reflexão está isolada da realidade humana e do contexto concreto em que o discurso é elaborado. O autor é, intrinsecamente, um ser situado dentro de um conjunto social. Nesta linha Leonardo Boff afirma que “os acentos e a temática cristológica são definidos pelo que emerge como relevante a partir de seu lugar social”.⁸² A perspectiva teológica na América Latina constata que a cristologia hoje tem como característica fundamental a ênfase na humanidade de Jesus, o apelo existencial-prático e o diálogo com a cultura contemporânea. Esta intuição de uma teologia não mais abstrata e desencarnada brota do Concílio Vaticano II ao compreender que a Palavra revelada em Jesus Cristo necessita se quiser ser compreendida, ser inculturada na história de homens e mulheres. Por conseguinte, terá que considerar as experiências passadas, os progressos científicos e a cultura dos diferentes povos. “Esta maneira adaptada de pregar a palavra deve permanecer a lei de toda evangelização”.⁸³ Com isto, o Vaticano II indica que uma cristologia da inculturação é uma exigência a toda teologia que se quer ser séria e audível para hoje. Trata-se, essencialmente, da encarnação do mistério de Cristo numa determinada cultura, na experiência de vida de homens e mulheres concretos, a serviço da sua libertação e completa humanização.

Toda cristologia contextualizada é, então, importante e se compromete com sua realidade. Neste momento surge a pergunta: Qual é a realidade que a cristologia na América Latina é convidada a se comprometer? Constatamos, neste continente, um processo histórico onde “a morte é uma ameaça e realidade antes do tempo por causa da pobreza extrema (...). Na América Latina o movimento é a libertação dos

⁸² BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador. Uma Visão Cristológica a partir da periferia*. In: REB, vol. 37/ 147. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 502.

⁸³ LIBÂNIO, J.; ANTONIAZZI, A. *Vinte anos de teologia na América Latina e no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1993, p. 69

pobres. Neles se faz uma experiência profunda espiritual de Deus, de seguimento de Jesus pobre”.⁸⁴

Hoje se sente mais ainda a importância da espiritualidade devido ao cansaço e desilusão de tantos homens e mulheres que se sentem mutilados com o sistema capitalista e opressor, com as portas fechadas ao respeito à sua dignidade. A cristologia na América Latina surge do encontro do Cristo pobre com os pobres deste mundo. Cristo é visto como libertador e promotor de uma práxis eclesial libertadora. O engajamento desta cristologia é explicitado, a cristologia que proclama Jesus Cristo como libertador quer comprometer-se com a libertação econômica, social e política dos grupos oprimidos e dominados. Pretende perceber a relevância teológica que se acha na libertação histórica das grandes majorias de nosso continente [...] Quer articular de tal maneira o conteúdo da cristologia e criar um estilo que ponha em destaque as dimensões libertadoras presentes no caminho histórico de Jesus.⁸⁵

A perspectiva teológica na América Latina é, eminentemente, uma perspectiva de libertação. De acordo com Enrique Dussel a história da teologia da América Latina tem suas raízes na linha da teologia profética da Igreja na América Latina e que encontrou também outras expressões. Nos tempos da Conquista (a partir de 1511), através de missionários que defenderam o direito dos índios contra os exploradores comerciais. Na época da Emancipação Neocolonial (início do século XVIII), através da teologia prático-política que embasou a luta pela independência dos povos. E a elaboração da Teologia da Libertação, na América Latina, na segunda metade do século XX. A fase de Preparação (1961-1968) está situada no início do Concílio Vaticano II com seu programa de “atualização” à Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, que representou a

⁸⁴ BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador. Uma Visão Cristológica a partir da periferia*. In: REB, vol. 37/ 147, p. 502.

⁸⁵ BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador. Uma Visão Cristológica a partir da periferia*. In: REB, vol. 37/ 147, p. 502.

aceitação deste Concílio pela Igreja latino-americana.⁸⁶ Em suma, constatamos na América Latina, o convite constante a promover a libertação de seu próprio povo.

De acordo com Gutiérrez o processo de libertação na América Latina nasce de um profundo desejo de criar uma nova humanidade, e seu desejo pode ser atingido com mais eficácia pela promoção da justiça na sociedade. A experiência em Jesus Cristo nos exorta a lutar por uma sociedade, qualitativamente, diferente na qual a realização do Reino é concretizada “numa sociedade fraterna e justa e, por sua vez, essa realização desponta em promessa e esperança de plena comunhão de todos os homens com Deus”.⁸⁷

A partir desse processo, surge uma nova compreensão da pessoa que agora é vista como sujeito da história. Desenvolve uma nova consciência, e a partir dela, se unem para superar a dominação, a injustiça e a exclusão que impedem sua libertação. A fé apresenta implicações sócio-políticas inegáveis. Sem isso a caridade e a justiça não seriam as chaves de implantação do Reino.

O resultado desta nova consciência se expressa na palavra chave em tom de esperança: Outro mundo é possível, novo céu e nova terra há de chegar. Esse mundo assim como está, de pobreza, exclusão e aquecimento da terra, não está no querer de Deus. A esperança constrói seu caminho mesmo em meio as lutas, injustiças e catástrofes, porque encontra sua razão de ser em Jesus ressuscitado, solidário e vencedor da morte, “e a esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5, 5). Nasce a convicção do chamado a participar do projeto de Deus e ninguém está de fora dele. Do compromisso com o projeto de Deus faz encontrar o sentido último da vida humana. Aí se enraíza o Reino Deus experimentado na vida e portador da verdadeira vida. Emerge a consciência que Jesus Cristo não é uma resposta entre outras, ele é a resposta à condição humana.

⁸⁶ Cf. DUSSEL, E. *Hipóteses para uma história da teologia na América Latina (1492-1980)*. In: CHURRUCA PELÁEZ, Agustín. *História da teologia na América Latina*. São Paulo, Paulinas, 1981, pp. 165-193.

⁸⁷ GUTIÉRREZ, G. *Teologia da libertação. Perspectivas*. Petrópolis, Vozes, 1975, p. 198. Um dos maiores expoentes da Teologia da Libertação, Gustavo Gutiérrez, nasceu no Peru. Na década de 60 foi o primeiro a falar na Igreja dos pobres. Seu livro intitulado *Teologia da Libertação*, escrito em 1972, continua sendo referência no campo da Teologia da Libertação.

A cristologia de Boff, como Jesus Cristo libertador, é resposta de vida, particularmente, aos que tem sua vida ameaçada. É sua grande intuição, “em nossa situação de terceiro mundo dependente, a fé cristológica pensada e vivida de forma histórica, nos orienta a uma opção de libertação, a um certo tipo de análise e a um compromisso preciso”.⁸⁸ A experiência de um sistema socioeconômico opressor e da nova solidariedade emergente na América Latina que possibilite encontrar sentido, são elementos motivadores para falar da libertação do ser humano trazida por Jesus Cristo em sua palavra-ação sobre o Reino.⁸⁹ A libertação, pela experiência, enxerga o chão da realidade humana e capta a existência concreta de um povo oprimido que clama por libertação. O Verbo veio morar entre nós (cf. Jo 1, 1-19) sua realidade adentra a realidade humana de tal forma que só se pode falar de nossa realidade existencial tocados pela significação de sua realidade.

Conforme veremos, tratar sobre liberdade permitirá trazer presente a realidade concreta de homens e mulheres chamados a serem livres. Viver na liberdade, não por um projeto político, mas fundamentado na experiência de Jesus libertador. Ele é a novidade absoluta e a Boa Notícia do Reino. Podemos concluir que a teologia na América Latina surge a partir da situação real e concreta dos povos deste continente, que parte da fé existencial, cristã e profética vivida num contexto de opressão e marginalização em busca da libertação. Para entendermos sua teologia precisamos evocar a teologia da libertação, que para Libânio, todo outro movimento teológico a ela se refere.⁹⁰

3.3 A Teologia da Libertação e o Concílio Vaticano II

O principal ponto da Teologia latino-americana ou Teologia da libertação é a articulação daquilo que é a afirmação da fé, com o contexto vital, por isso ela também é conhecida como “Teologia do contexto”. Em termos de cristologia, ela

⁸⁸ BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador. Uma Visão Cristológica a partir da periferia*. In: REB, vol. 37/147, p. 198.

⁸⁹ Para Blank o sistema neoliberal e sua tomada de consciência originam a Teologia da Libertação, esta se apresenta como proposta de busca de sentido ao buscar recuperar a dimensão social e comunitária. Cf. BLANK, R. *Encontrar sentido na vida*, São Paulo, Paulus, 2008, p. 79-83.

⁹⁰ LIBÂNIO, J.; ANTONIAZZI, A. *Vinte anos de teologia na América Latina e no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1993, p.10.

articula o centro do cristianismo que é o mistério pascal, com o contexto político, econômico, social dos povos na história. A partir dessa realidade contextual é que os diversos temas da cristologia vão se articular.

A teologia da libertação valoriza a humanidade de Jesus, não apenas corporalmente, mas principalmente pelo “*sitz in leben*” no qual Jesus viveu, a fim de compreender o significado da sua prática e de seu comportamento. Também nesse mesmo sentido, compreendemos a valorização da nossa humanidade e do nosso contexto histórico.

O seguimento de Jesus é uma importante matriz latino-americana; sendo que, não é uma ideia que se coaduna com a afirmação da imitação de Cristo. A proposta do seguimento não se trata de repetir o comportamento de Jesus, e sim atualizar seus significados, trazendo-os para nossa realidade contextual e histórica em vista do anúncio do Reino de Deus.

A cristologia latino-americana, ou da libertação, é fruto da teologia do Vaticano II. Em termos estritamente teológicos, o Vaticano II é tradicional, sua renovação é mais eclesiológica. Em termos cristológicos, vai reafirmar o Concílio de Calcedônia na doutrina da união hipostática e, a partir daí, entender o que significa a pessoa de Jesus e sua ação.

A novidade no Vaticano II é a inscrição do termo “história” também em cristologia. A categoria “história” dá a ideia de processo, sendo que, até então, a ideia eclesiológica era a de completude.⁹¹

A cristologia, a inserção da categoria “história” faz com que se repense a pessoa e ação de Jesus. Daí a relevância do seu “*sitz in leben*”, do desenvolvimento de sua vida: porque, se de um lado Ele é filho de Deus, por outro lado, Ele é o Salvador e, se a categoria de história chama a salvação, então a salvação adquire também formas de história. São esses elementos que vão dar origem ao movimento da Teologia da libertação. A marca da Teologia da libertação é essa marca histórica e, por isso, a Teologia da libertação é fruto do Concílio Vaticano II.

⁹¹ Cf. MANZATTO, A. *Cristologia Latino-americana*. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia Latino-americana*. São Paulo: Paulina, 2007. p.27.

O Concílio foi bem recebido no Continente latino-americano, não houve grandes resistências ao movimento, sobretudo porque ele chegou via Conferência de Medellín no ano de 1968 e depois pelas conferências latino-americanas que se seguiram, confirmando uma linha de aplicação da proposta pastoral eclesiológica do Concílio Vaticano II.

O ano de 1968 é marcado por diversos conflitos. Dois importantes eventos marcam este período, o Ato Institucional n. 5 do regime militar, implantando no Brasil a ditadura, e a realização da II Conferência Episcopal Latino-Americana, em Medellín. Ambos os fatos têm reflexo direto sobre a Igreja no Brasil.⁹² No início, a Igreja pensava caminhar bem com o governo civil. No entanto, uma parcela da Igreja percebeu a verdadeira face dos militares. A situação de “endurecimento do regime político convenceu a Igreja da incompatibilidade entre o sistema implantado e o evangelho anunciado”.⁹³ O povo é vítima de uma política que beneficia uns poucos privilegiados; atitude que declarava um atentado público aos Direitos Humanos mais fundamentais. A conferência de Medellín⁹⁴ evidenciou que a Igreja tanto pode estar a serviço da preservação do status quo, quanto pode constituir-se num fator de mudanças, de libertação integral. Deste contexto, de opressão e fé concreta nasce na América Latina a Teologia da Libertação (TdL).⁹⁵

Antes de traçarmos as grandes linhas que caracterizam a Teologia da Libertação, buscaremos assinalar, brevemente, o que dizem diferentes teólogos.

Para o historiador da Igreja, a TdL nasce a partir da conscientização da real situação sócio-política e de uma nova compreensão da Igreja, e evidencia a

⁹² Cf. MATOS, H. *Nossa História, 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. T.3. São Paulo, Paulinas, 2005, p. 191

⁹³ *Ibid*, p. 195.

⁹⁴ Medellín é fiel à sua proposta de refletir o Vaticano II, ao mesmo tempo se abre a outros acontecimentos contemporâneos. Como interpreta Libânio, “Medellín situa-se na esteira luminosa do Concílio Vaticano II. A TdL vai-se gestando inspirada pelo Concílio e sob o impacto dos movimentos de libertação em curso dentro da situação de opressão do sistema capitalista periférico, dependente, tardio e selvagem, da teoria da dependência, da pedagogia de Paulo Freire e de outros movimentos culturais. Cf. LIBÂNIO, J.; ANTONIAZZI, A. *Vinte anos de teologia na América Latina e no Brasil*, p. 13.

⁹⁵ Utilizaremos a partir deste ponto, a sigla: TdL para Teologia da Libertação.

dimensão transformadora da fé em Jesus Cristo no sentido de uma libertação integral.⁹⁶

No dizer do teólogo suíço Renold Blank, o nascimento da TdL é fruto da experiência de um sistema sócio-econômico opressor que faz crescer na América Latina um novo processo de conscientização, “marcado pela recuperação da dimensão social e comunitária tão esquecida na maioria das propostas para a busca de sentido”.⁹⁷

Já para o teólogo jesuíta, Libânio, a origem da TdL está na “experiência da injusta pobreza, que afeta milhões de irmãos latino-americanos. Dentro dessa experiência, reinterpreta-se o sentido profundo da universalidade do amor a Deus e ao próximo e da necessidade da conversão cristã”.⁹⁸

A Teologia da Libertação, segundo Manfredo Araújo “emergiu como uma reflexão a partir da fé sobre a vida humana negada”. Ela é resposta a favor da vida, ao mesmo tempo, resposta na contramão a um sistema “que funciona a partir de sua lógica interna sem nenhuma consideração das verdadeiras condições de vida dos homens e das mulheres”.⁹⁹

A TdL procurou assumir a perspectiva do pobre como princípio de articulação da reflexão ética e como configuradora de sentido para a vida. Na definição de Dussel, trata-se de uma reflexão teológica que “pensa no compromisso político concreto do cristão, em sua situação geopolítica da periferia e em sua situação social de intelectual orgânico das classes oprimidas ou de participante na libertação

⁹⁶ Cf. MATOS, H. *Nossa História*, p. 197. O autor é membro da Congregação dos Fráteres de Nossa Senhora Mãe da Misericórdia desde 1960 e conhecido como Frater Henrique. Dedicou-se profissionalmente ao magistério e à pesquisa da história da Igreja. É formado em Teologia e em História Civil e Eclesiástica.

⁹⁷ BLANK, R. *Encontrar sentido na vida: propostas filosóficas*, p. 79. Professor Blank nasceu na Suíça e há muitos anos mora no Brasil. É licenciado em letras, doutor em Filosofia e em Teologia. Tem várias obras publicadas na Europa e na América Latina.

⁹⁸ LIBÂNIO, J. B. *Panorama da Teologia da América Latina nos últimos vinte anos*. In: LIBÂNIO, J. B.; ANTONIAZZI, Alberto. *Vinte anos de teologia na América Latina e no Brasil*, p. 12.

⁹⁹ OLIVEIRA, M. *Ampliação do sentido de libertação*. In: *Perspectiva Teológica*, 30. Belo Horizonte, Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, Faculdade de Teologia, 1998, p. 282.

dessas classes”.¹⁰⁰ Para esse autor, a luta pela libertação não é motivada pelo querer da maioria, e sim, ela é fruto da opressão.

Certo é que a TdL, atestada por estes teólogos, está buscando ser fiel ao Deus da vida. Em suma, eles afirmam que ela apresenta-se como uma reflexão motivada pela misericórdia diante do sofrimento dos pobres e desencadeadora de uma ação solidária.

Esta perspectiva teológica da América Latina tem sua origem em vários pensadores, dentre os quais fira nosso autor. Segundo R. Blank: “Leonardo Boff no Brasil, Gustavo Gutiérrez no Peru e Franz Hinkelammert no Chile e na Costa Rica, junto com muitos outros, incentivaram, a partir da perspectiva das vítimas, o surgimento de novos caminhos”.¹⁰¹ Eles buscam resgatar o sentido da vida humana a partir das experiências de vida e de sua religiosidade. A ótica da TDL é, profundamente, positiva, onde a história humana é valorizada e as pessoas passam a ser vistas como sujeito ativo da história, impulsionadas e sustentadas por Deus. Uma ótica bíblico-teológica, pois compreende que a vida vem de Deus, vida que não é somente uma série de processos naturais, mas dom de Deus, que retornará a ele após a morte (cf. Ecl 12, 7). Deus dá a vida para todos. A verdadeira vida é a vida vivida orientada para Deus, tal como a vive os pobres para quem Deus é a única fonte de força. Há uma relação circular entre a teoria e a prática, um movimento convergente entre a Palavra de Deus e a prática cristã, entre Sagrada Escritura e vida, que se fecundam mutuamente.¹⁰²

A TdL procura articular uma leitura da realidade a partir dos pobres e no interesse pela sua libertação. Para cumprir sua tarefa, utiliza as ciências e elabora

¹⁰⁰ DUSSEL, E. *Hipóteses para uma história da teologia na América Latina (1492-1980)*. In: CHURRUCA PELÁEZ, Agustín. *História da teologia na América Latina*. São Paulo, Paulinas, 1981, pp. 181-182.

¹⁰¹ BLANK, R. *Encontrar sentido na vida*, p. 80.

¹⁰² Cabe destacar aqui a grande contribuição dada ao povo pelo biblista, Carlos Mesters. A partir de seu método de leitura da Bíblia o povo faz a experiência da inseparabilidade: fé e vida. “Estimulado pelos problemas da realidade (pré-texto), o povo busca uma luz na Bíblia (texto), que é lida e aprofundada dentro da comunidade (con-texto). O pré-texto e o con-texto determinam o lugar de onde se lê e interpreta o texto.” (MESTERS, C. *Flor sem defesa. Uma explicação da Bíblia a partir do povo. Petrópolis*, Vozes, 1999, p. 37). Frade carmelita, Carlos Mesters é natural da Holanda e missionário no Brasil desde 1949. Doutor em Teologia Bíblica é um dos principais exegetas bíblicos do método histórico-crítico no Brasil.

ações pastorais que ajudam a transformar em libertação o caminho dos oprimidos. Não se trata mais de interessar pelo pobre através das práticas de caridade ou reduzir suas necessidades criando um sistema de dependência. A libertação exigida na América Latina exige uma prática social que busca romper com o sistema vigente de dominação; uma solidariedade efetiva e amorosa. Muda a leitura do lugar social: a perspectiva de leitura da realidade adotada parte daqueles que estão oprimidos pelo poder opressor: excluídos, mulheres, pobres, estrangeiro. Estes, em nome de Deus, podem recuperar sua dignidade e encontrar o sentido da vida. O esquema da TdL privilegia o social, sem anular as responsabilidades pessoais, pois entende que as pessoas fazem parte de um todo maior e que seus comportamentos serão, devidamente entendidos a partir desse todo maior.

Para Boff, a libertação está intrínseca a cristologia, pois esta tem como objetivo articular o seu conteúdo com um estilo que sobressaia às dimensões libertadoras no caminho de Jesus de Nazaré. E explicita que o chão da cristologia, é o contexto de opressão e dependência em todos os níveis da vida, exasperando seu correlato oposto - a libertação - que propicia à cristologia na América Latina pensar e amar a Jesus Cristo como Libertador. Esse tema não é gerado voluntaristicamente na cabeça de alguns teólogos à caça de objetos interessantes para suas discussões, mas nasceu como exigência da fé concreta de cristãos que se sentiram, em consciência, convocados a ajudar a superar uma situação humilhante para seus irmãos e que encontraram em Jesus Cristo impulsos de libertação.¹⁰³

A primeira discussão sistematizada da TdL é atribuída a Gustavo Gutiérrez em seu livro, *Teología de la liberación*.¹⁰⁴ O programa de Gutiérrez visa à libertação de homens e mulheres oprimidos e explorados apoiados na experiência de que a salvação em Jesus Cristo implica uma libertação também social. A Teologia da Libertação se compreende como reflexão crítica sobre a práxis, assim ela nos propõe talvez não tanto novo tema para a reflexão quanto novo modo de fazer teologia. A teologia como reflexão crítica da práxis história é assim uma teologia

¹⁰³ BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador. Uma Visão Cristológica a partir da periferia*. In: REB, vol. 37/147, p. 502-503.

¹⁰⁴ Boff destaca que a originalidade da TdL em Gustavo Gutiérrez é a de criar uma teologia que transcende os limites da América Latina. Cf. BOFF, L. *A originalidade da Teologia da Libertação em Gustavo Gutiérrez*. In: REB, vol. 48/191. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 531

libertadora, teologia da transformação libertadora da história da humanidade, portanto também da porção dela - reunida Eclésia - que confessa abertamente Cristo. Teologia que não se limita a pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo através do qual o mundo é transformado: abrindo-se – no protesto ante a dignidade humana pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria dos homens, no amor que liberta, na construção de nova sociedade, justa e fraterna – ao dom do reino de Deus.¹⁰⁵

O ponto central desta teologia é a compreensão de que o Reino de Deus não pode ser reduzido nem à dimensão espiritual nem, exclusivamente, a sua expectativa na parusia.¹⁰⁶ Não se quer somente tornar a mensagem de Jesus Cristo aceitável num contexto específico, mas quer-se mudar o próprio contexto a partir desta mensagem, pois o contexto está marcado por situações de opressão política, exploração econômica e discriminação racial. É uma libertação querida em obediência à Boa Nova de Jesus Cristo.

Conforme veremos, tratar sobre libertação permitirá trazer presente à realidade concreta de homens e mulheres chamados a serem livres. Buscar a libertação não por um projeto teórico, mas fundamentado na experiência de Jesus libertador. Jesus Cristo é a novidade absoluta e a Boa Notícia do Reino.

3.4 A Libertação na América Latina compreendida a partir de Jesus

Falar de libertação¹⁰⁷ no contexto da América Latina, e particularmente, na linha da TdL,¹⁰⁸ objetiva mais salientar a pessoa de Jesus Cristo que se encarna, faz

¹⁰⁵ GUTIÉRREZ, G. *Teologia da libertação. Perspectivas*, p. 27. Grifo do próprio autor.

¹⁰⁶ Boff entende que cabe à escatologia criticar todas as situações que não correspondem ao reino, onde o presente é absolutizado em ideologias, doutrinas, instituições, etc. Trata-se da função crítica da esperança. Cf. BOFF, L. *Vida para além da morte*, p. 26-27

¹⁰⁷ O termo teológico libertação pretende superar através de seu conteúdo o termo liberdade. Trata-se, segundo Assmann, de um “deslocamento semântico”: Liberdade se apresenta como “ideal subjetivo se refere ao indivíduo esclarecido que reivindica sua autonomia”. Libertação é entendida como “processo histórico que supõe conflito de mudança, inclui o nível econômico-social e se refere aos povos empobrecidos e oprimidos, cuja primeira reivindicação é a de satisfazer suas necessidades mais elementares, para viverem como pessoas e, assim, estarem em condições de exercitar sua liberdade. Cf. SILANES, N; PIKAZA, X. *Dicionário Teológico*, p. 500.

história, também na história da América Latina, e não dar primazia a uma experiência do ser humano, pois esta é consequência daquela.

O vocábulo “libertação” é bíblico. No Antigo Testamento esperava-se a libertação como algo futuro. A libertação definitiva era adiada ao período ideal dos últimos tempos e contemplada como sendo o ápice da história. No Novo Testamento a libertação já é algo realizado. É a eterna Boa Notícia: “Cumpriu-se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no Evangelho”. (Mc 1, 15). “Está próxima a vossa libertação”. (Lc 21, 28). “Vem a hora - e é agora - em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus, e os que o ouvirem, viverão”. (Jo 5, 25). Com Jesus Cristo chega a autêntica libertação de tudo que aprisiona, inclusive libertação da morte.

A TdL toma como ponto de partida a situação atual de opressão e exploração, pensa numa libertação a ser ainda realizada. Fala da libertação como de um projeto ou utopia a ser efetivada, como no Êxodo, ao mesmo tempo afirma que em Jesus Cristo irrompeu o tempo da libertação, a concretização do projeto do Pai (cf. Lc 4, 18), “a mensagem de Jesus é de radical e total libertação da condição humana de todos os seus elementos alienatórios”.¹⁰⁹

Libertação plena, pois Ele já se apresenta como o ser novo, a nova criação reconciliada consigo mesma e com Deus. Ele é a interpretação determinante de toda a realidade passada, presente e futura.¹¹⁰ Em suma, Ele é o Reino presente e agindo no mundo, é utopia se realizando e libertação total.¹¹¹ Nele, o Pai, exprimiu uma vontade particular orientada para os excluídos, e assim também deve fazer todos seus discípulos (cf. Mt 25, 31-46). A libertação, pela Teologia da Libertação,

¹⁰⁸ Ao definir libertação, o dicionário teológico destaca a contribuição dos teólogos da libertação para a compreensão experiencial, ou seja, não mera compreensão racional da Palavra de Deus, “o termo libertação adquiriu direito de cidadania teológica apenas em época recente, graças às teologias da libertação, surgidas na América Latina e em outros países do chamado Terceiro Mundo”.

¹⁰⁹ BOFF, L. *Jesus Cristo libertador: ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo*. 19 ed, Petrópolis: Vozes, 2008. p. 93

¹¹⁰ Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo libertador: ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo*. 19 ed, Petrópolis: Vozes, 2008. p. 282-283.

¹¹¹ Ibid. p. 67.

implica o desaparecimento da injustiça social e a construção de uma sociedade justa nesta terra.

A experiência do ser humano com Jesus Cristo aponta que “na América Latina, torna-se cada vez mais forte o clamor pela libertação total dos povos”.¹¹² Experiência que não se limita a um reino de liberdade pessoal ou cruzar os braços à espera da libertação do futuro escatológico. Desde já, ela é futuro. Pois, desde já, está a experiência de que Jesus Cristo é a fonte da esperança e a força na luta pela libertação. A realidade da exclusão, da violência e da dominação estrutural que se expressa como discriminação e escravização é denominada pela TdL de pecado. Contrastando com uma visão individualista do pecado, é agora apresentada uma auto compreensão teológica que leva a sério a dimensão política e social do Evangelho. Já não é mais a pessoa individual que se encontra sozinha diante de Deus e que tem que assumir a responsabilidade por sua falta de amor a Deus. Favorecida por esta Teologia, a questão fundamental é antes a dimensão social e o envolvimento com as condições sociais. A TdL fala de estrutura ou de condições de pecado que alienam, oprimem, exploram e escravizam a pessoa humana.

A compreensão de libertação nasce, primeiramente, da realidade de morte que ameaça a vida de muitas pessoas antes do tempo por causa da pobreza extrema ou mesmo da falta de amor, criando milhares de vítimas e de mártires.¹¹³ É a situação histórica, de exclusão e miséria, que faz emergir a concepção, não só teórica, mas particularmente, uma concepção que parte de uma ação concreta e solidária de libertação, “um modo novo de compreender a totalidade histórica e, sobretudo, uma forma nova de se posicionar em relação a ela”.¹¹⁴

Libertação é uma palavra altamente sugestiva, pois evoca uma vida humana realizada e livre. O ser humano possui uma característica que extrapola os seres

¹¹² IDÍGORAS, J.L. *Vocabulário teológico para a América Latina*. São Paulo, Paulinas, 1983, p. 257.

¹¹³ Cf. LIBÂNIO, J.; ANTONIAZZI, A. *Vinte anos de teologia na América Latina e no Brasil*, p. 69. Grifo do próprio autor

¹¹⁴ ARAÚJO DE OLIVEIRA, M. *Ampliação do sentido de libertação*, p. 273. Queremos deixar explícito que nossa compreensão de história não é recitação dos fatos passados. Para nosso autor, história tem uma dimensão, pessoal ou grupal, de vida, luta, confronto, decisão e construção de um caminho. Na vivência radical desta dimensão, Deus emerge como vida e força na caminhada. In: BOFF, L.. *Experimentar Deus*, p. 36.

vivos, ele é “portador de uma totalidade e de uma identidade interior, cuja construção constitui a tarefa permanente e fundamental de sua vida”.¹¹⁵ É tarefa a ser construída pelo ser humano em sua história e em suas relações humanas. Constituinte de seu ser pessoa, dotada de dignidade e personalidade única, a libertação tem marcas no tempo presente, expressa na luta diária e na busca de uma nova transformação da realidade, sempre atuante e atualizada, provocando desejo e esperança de libertação da vida. Libertação é então compreendida em caráter atemporal, pois presentifica no hoje, o passado e o futuro, e revela o sentido e o horizonte da vida. Em suas relações, o ser humano é livre na medida em que se liberta das pessoas e estruturas que o escravizam.

A libertação se faz processo em sua vida enquanto luta pela criação de espaços de liberdade, em todas as suas relações. Desde o Gênesis, o ser humano continua em busca da terra prometida, da sua libertação. Desde então, diferentes formas de escravização da liberdade continuam e se multiplicam com outros nomes.¹¹⁶ A publicidade enganosa com promessas de liberdade e de sentido para a vida, baseada no consumo é um problema agravante que se impõe ao processo de uma verdadeira libertação. O consumismo é fator originante de feridas à dignidade humana, de rompimento com as relações pessoais, enquanto o mundo virtual é projetado como o ideal de uma sociedade de paz. Dentro de si mesmo, e perfazendo um caminho contrário, o ser humano experimenta que a vida tem um significado maior, experimenta que sua vida não se restringe a produção e ao consumo, e sim, a algo mais e maior na dimensão de relações interpessoais, da gratuidade, da contemplação, da beleza, da alegria de viver.

O desafio que se apresenta para a compreensão de libertação na América Latina a partir de Jesus é como tornar concreta a experiência de libertação anunciada por Jesus, o Reino de Deus na história. Como descobrir a presença

¹¹⁵ Ibid. p. 274.

¹¹⁶ O analfabetismo tecnológico é um dos novos nomes para a discriminação social. Trata-se da incapacidade em ler o mundo digital e trabalhar com a tecnologia moderna, principalmente com relação ao domínio dos conteúdos da informática. A exclusão digital é denunciada como a forma mais moderna de violência e modalidade sutil de manutenção e ampliação das desigualdades. Tal exclusão não se dá apenas no interior das classes sociais de um país, mas também entre nações e continentes. O número elevado de analfabetos tecnológicos e seus efeitos devastadores criam fossos econômicos e culturais. Cf. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br>. Acesso em: 05 de janeiro de 2019.

permanente e gratuita de Jesus Cristo, através das atitudes e expressões históricas libertadoras, que geram vida e fazem experimentar que o Deus de Jesus é o Deus amigo que cria e cuida da vida, é o Deus que também se fez humano e nos quer irmãos e irmãs. Como sair da visão dualista de céu e terra, ser humano e natureza. A esperança em meio a pobreza da maioria das pessoas num país de tanta riqueza como o Brasil, em terras que há mais de 1.500 anos tudo que se planta dá, só é compreendida pela fé.¹¹⁷ Daí a constatação que a fé no Deus da vida neste continente não é uma abstração, mas está enraizada no chão da história; a fé advém do Deus que continua sua ação de libertação e solidariedade, agora pela Encarnação.

A libertação advinda pelo Reino de Deus quer ser contínua acolhida pelo homem e mulher, pois ela é a possibilidade de realização integral em todas as dimensões. Essa é a direção apontada pelo Reino: a libertação dos filhos de Deus encontrando a sua plenitude, com Deus, com os outros e com o cosmos.¹¹⁸ O compromisso de Jesus reflete precisamente quem é Deus para o ser humano: aquele que o quer livre de toda opressão e que comece, já, a viver a graça da libertação prometida. Neste vasto horizonte do Reino de Deus a América Latina se reveste de experiências próprias.

3.5 A visão do Reino de Deus pelo Papa Francisco

A Igreja professa que, por meio da revelação do Pai no Filho, e pela experiência humana dessa fé, o homem encontra seu destino final. Portanto, toda verdade e amor na vida humana vêm de Deus, clama por Ele e se encaminha para Ele.¹¹⁹

¹¹⁷ "... a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! [...] Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500. Pero Vaz de Caminha". Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

¹¹⁸ Cf. IDÍGORAS, J.L. *Vocabulário teológico para a América Latina*, p. 257.

¹¹⁹ CELAM, Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, Paulus, 2007. Cf. Dap 380.

O Espírito Santo pôs a semente do “Reino de Deus” em nosso batismo, fazendo-o crescer e vicejar pela graça da conversão permanente, graças à Palavra de Deus e aos sacramentos. São sacramentos do “Reino de Deus”: a vivência pessoal e comunitária das Bem-Aventuranças, o conhecimento e a vontade do Pai.¹²⁰

A Igreja conclama para a missão, a qual todos são chamados: “a sermos discípulos e missionários de Jesus Cristo”. Atender a esse chamado: leva-nos a assumir evangelicamente a partir da perspectiva do “Reino de Deus” as tarefas prioritárias que contribuem para a dignificação do ser humano e trabalhar junto com os demais cidadãos e instituições para o bem do ser humano. “É urgente criar estruturas que consolidem uma ordem social, econômica e política na qual não haja iniquidade e onde haja possibilidades para todos”.¹²¹

A Igreja tem como missão própria e específica, transmitir a vida de Jesus Cristo a todas as pessoas, propagando a sua Palavra, ministrando os sacramentos e praticando a caridade. A caridade exige testemunho de vida. (Cf. Mt 7, 21; Tg 2,14 - 26). Os discípulos e missionários de Jesus Cristo têm a tarefa precípua de dar testemunho do amor divino ao próximo com obras concretas. Seguindo por essa linha de raciocínio, vemos a figura do Papa Francisco que procura com grande ênfase mostrar a imagem do Reino de Deus nos dias de hoje, seguindo os passos de Jesus. Por ser uma pessoa despojada de qualquer formalismo, o que nos toca mais profundamente nas palavras do Papa é sua simplicidade e sua sinceridade. O Papa Francisco reconhece o valor da TdL e reforça na Igreja a opção pelos pobres.

Na verdade, toda TdL. Se não for da Libertação, não é verdadeira Teologia. “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos e proclamar o ano de graça do Senhor” (Lc 4, 18 - 19). “Eu vim para que todos e todas tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10, 10).

¹²⁰ CELAM, Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, Paulus, 2007. Cf. Dap 383.

¹²¹ Idem. Dap. 384.

A expressão “da Libertação” – de alguma forma – é uma redundância, mas serve de lembrete. Convida-nos a “fazer teologia” sempre a partir da realidade (da práxis: prática e teoria) e à luz da Palavra, para que a reflexão teológica nos ajude a entender – melhor e mais profundamente – o sentido da vida e nos comprometa – cada vez mais conscientemente – na luta pela Libertação de tudo aquilo que impede a construção de outro mundo possível, que é a sociedade do Bem Viver, que é o Reino de Deus. A Teologia da Libertação é – podemos dizer – o “jeito bíblico” e, de maneira especial, “evangélico” de fazer toda a Teologia.

Por ser, a história do ser humano no mundo um processo dialético (contraditório) entre libertação e opressão, entre vida e morte (não vida), infelizmente – além da TdL (a verdadeira Teologia) – temos também a Teologia da Opressão (a falsa Teologia), que procura justificar e legitimar o mal, o pecado – social e pessoal – que existe no mundo, não só racionalmente, mas também em nome de Deus. É a hipocrisia religiosa, que – lamentavelmente – continua presente em nossas Igrejas, sobretudo hoje.

Como seguidores e seguidoras de Jesus – que vivem em Comunidades (Igrejas) – devemos estar sempre inseridos e inseridas (encarnados e encarnadas) na vida do povo, entranhadamente solidários e solidárias com todos e todas que sofrem e organicamente unidos e unidas a todos e todas que lutam pela Vida Humana e por todas as formas de Vida. “Como Cristo, por sua Encarnação ligou-se às condições sociais e culturais dos seres humanos com quem conviveu; assim também deve (reparem “deve” e não “pode”) a Igreja inserir-se nas sociedades, para que a todas possa oferecer o mistério da salvação e a vida trazida por Deus” (Concílio Vaticano II. A atividade missionária da Igreja – AG, 10).

Os cristãos e cristãs têm, portanto, o dever de participar (ser militantes) dos movimentos populares, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, partidos políticos populares, fóruns de defesa e promoção dos Direitos Humanos, conselhos de direitos e outras organizações populares, comprometidas na construção de “outro mundo possível”, que é a sociedade do Bem Viver, que é o Reino de Deus na história do ser humano e do mundo.

O desejo do Papa Francisco de “uma Igreja pobre e para os pobres” situa-se na mais genuína tradição bíblica e teológica em que o Reino de Deus caracteriza-se

pela justiça aos pobres e oprimidos. Essa profunda intuição reapareceu no Concílio Vaticano II, embora não tenha recebido devida atenção, e ganhou importantes desenvolvimentos no Magistério latino-americano e, mais especialmente, na Teologia da Libertação. Esta desenvolveu o tema da Igreja dos pobres, colocando-o como nota da Igreja. Jon Sobrino é um dos maiores expoentes nesse tema. Por isso, nosso trabalho, a partir das reflexões de Jon Sobrino e do Papa Francisco, quer verificar a importância e a base teológica desse tema como nota da Igreja e como marca da espiritualidade cristã. Para isso, precisamos entender, primeiramente, o que significa espiritualidade, assumindo-a como vivência segundo o Espírito de Jesus, seguimento de Jesus; em seguida explicitaremos como a TdL e, especialmente, Jon Sobrino, colocam a Igreja dos pobres como nota da Igreja e como isso aparece na *Evangelii Gaudium* do Papa Francisco; por fim, trataremos da necessidade de uma nova eclesiologia e espiritualidade voltadas para os pobres, o que se traduz numa Igreja servidora dos pobres.

O projeto de uma “Igreja pobre e para os pobres”, tornou-se o centro das preocupações, orientações pastorais e é uma marca do ministério de Francisco. Seu nome e muitas de suas afirmações e gestos indicam esse projeto: pobre no jeito de ser (vestimentas e expressões simbólico-rituais) e comprometida com os pobres (proximidade física e prioridade pastoral).¹²² Uma análise panorâmica da *Evangelii Gaudium*¹²³ ajuda a perceber como ele propõe teológica e pastoralmente a Igreja dos pobres.

Uma primeira e fundamental afirmação é que “evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG 176). Realizar esse Reino é dirigir-se aos destinatários privilegiados: “hoje e sempre, ‘os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho’ [Bento XVI], e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer” (EG 48). Percorrendo vários textos da

¹²² Cf. AQUINO JÚNIOR, F. *Uma Igreja pobre e para os pobres*. Convergência 49 (2014), p. 354. Num dos primeiros discursos, Francisco explicou que a escolha do nome se deu após a frase “não te esqueças dos pobres!” do Cardeal Hummes como cumprimento pela escolha do novo papa; isso o fez remontar a Francisco de Assis (cf. FRANCISCO, Papa. “Encontro com os representantes dos meios de comunicação social”. Discurso do Santo Padre Francisco. Roma, 16 de março de 2013).

¹²³ Seu nome representa, portanto, um projeto de Igreja (Cf. CAVACA, O. *Uma eclesiologia chamada Francisco: estudo da eclesiologia do papa Francisco a partir da Evangelii Gaudium*. Revista de Cultura Teológica 22 (2014), pp.15-34. (aqui: pp. 16-17).

Escritura e da Tradição, Francisco constata que Deus sempre ouve o clamor dos pobres (cf. EG 187), os pobres ocupam lugar preferencial no coração de Deus (cf. EG 197) de modo que “todo o caminho da nossa redenção está assinalado pelos pobres” (EG 197). Por isso, permanecer “surdos” ao clamor dos pobres e não solidarizar-se com eles implica em estar “fora da vontade do Pai e do seu projeto” e “influi diretamente sobre a nossa relação com Deus” (EG 187). Se for assim no coração de Deus, essa deve ser também a opção da Igreja: “Inspirada por tal preferência, a Igreja fez uma opção pelos pobres, entendida como uma ‘forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja’[João Paulo II]”. Recorrendo e fazendo sua a afirmação de Bento XVI, diz Francisco: “esta opção ‘está implícita na fé cristológica naquele Deus que Se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza’. Por isso, desejo uma Igreja pobre para os pobres” (EG 198).

A opção pelos pobres aparece, então, como categoria teológica: “Para a Igreja a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica ou filosófica” (EG 198). Como afirma Aquino Júnior, “a opção pelos pobres pertence ao coração do Evangelho do reinado de Deus e, enquanto tal, ela é constitutiva (e não meramente consecutiva e opcional) da fé cristã”. É ainda nesse sentido, ressalta Aquino Júnior, que se pode “[...] compreender o fato de Francisco falar, às vezes, simplesmente de ‘opção pelos pobres’ (EG 195, 198), sem os receios, os escrúpulos e as ponderações que [...] se traduziam numa série de adjetivos [...] que, mais que explicar e precisar seu sentido, terminavam por enfraquecê-la e torná-la irrelevante na vida da Igreja”.¹²⁴

Essa categoria é tão clara que Francisco chama a atenção para quaisquer tentativas de relativizá-la ou enfraquecê-la: “É uma mensagem tão clara, tão direta, tão simples e eloquente que nenhuma hermenêutica eclesial tem o direito de relativizar. A reflexão da Igreja sobre esses textos não deveria ofuscar nem enfraquecer o seu sentido exortativo, mas antes ajudar a assumi-los com coragem e ardor” (EG 194).

¹²⁴ FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulinas, 2013. De agora em diante, ela será citada no texto com a sigla EG.

Sendo categoria teológica, a opção pelos pobres ou a Igreja dos pobres é algo que não deve ser esquecido na eclesiologia: “[...] o serviço da caridade é uma dimensão constitutiva da missão da Igreja e expressão irrenunciável da sua própria essência’ [Bento XVI]. Assim como a Igreja é missionária por natureza, também brota inevitavelmente dessa natureza a caridade efetiva para com o próximo, a compaixão que compreende, assiste e promove” (EG 179). Assim, o “critério-chave de autenticidade” dada pelos Apóstolos a Paulo sobre sua missão “que não se esquecesse dos pobres” (cf. Gl 2, 10) é apresentado por Francisco como tendo “uma grande atualidade” e “[...] sinal que nunca deve faltar: a opção pelos últimos, por aqueles que a sociedade descarta e lança fora” (EG 195).

Dessa maneira, a opção pelos pobres “deriva da nossa fé em Jesus Cristo” (EG 186) e “deriva da própria obra libertadora da graça em cada um de nós” (EG 188). Se há, portanto, “um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres” (EG 48), então os cristãos e as comunidades “são chamados, em todo lugar e circunstância, a ouvir os clamores dos pobres” (EG 191), sendo “instrumentos de Deus a serviço da libertação e promoção dos pobres” (EG 187). Mas poderíamos nos perguntar quem são os pobres dos quais Francisco fala.¹²⁵ Na EG, ele cita algumas novas formas de pobreza (EG 210-215), de modo que, falar de pobres e de periferia, significa falar “dos excluídos (econômica, social, política e culturalmente etc.), dos pequenos, dos que sofrem, enfim ‘dos mais frágeis da terra’ [EG 209]. Esses, precisamente, têm que estar no centro das preocupações e prioridades pastorais da Igreja”.¹²⁶ Por isso, é preciso agir, Francisco apresenta algumas indicações e exigências da opção pelos pobres.¹²⁷ Como pressuposto irrenunciável, retoma a contribuição da Igreja latino-americana para o conjunto da Igreja: a opção pelos pobres “envolve tanto a cooperação para resolver as causas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres, como os gestos mais

¹²⁵ AQUINO JÚNIOR, F. de. “*Uma Igreja pobre e para os pobres*”. *Convergência* 49 (2014), pp. 355-356.

¹²⁶ Segundo Aquino Júnior, “a expressão ‘pobre’ tem um sentido bastante amplo para Francisco, mas não tão amplo a ponto de, cingidamente, incluir-nos a todos, como se todos fôssemos pobres. Isso, além de encobrir as injustiças e desigualdades sociais e falsificar a realidade, terminaria, na prática, negando a opção pelos pobres. Afinal, se somos todos pobres, a opção pelos pobres é opção por todos. E quando todos se tornam prioridade, ninguém mais é prioridade” (Ibidem, p. 357).

¹²⁷ Ibidem, p. 357.

simples e diários de solidariedade para com as misérias muito concretas que encontramos” (EG 188, grifo nosso).

As diretrizes são: 1) proximidade física dos pobres e esforço para socorrê-los em necessidades imediatas (cf. EG 187); 2) cuidado espiritual e abertura para perceber seu potencial evangelizador (cf. EG 198); 3) vivência e fortalecimento da cultura da solidariedade, que “supõe a criação e uma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns” (EG 188); 4) enfrentamento das causas estruturais da pobreza e injustiça no mundo, dizendo não a uma “economia da exclusão” (cf. EG 53), à “nova idolatria do dinheiro” (cf. EG 55), a “um dinheiro que governa em vez de servir” (cf. EG 57) e à “desigualdade social que gera violência” (cf. EG 59).

Concluindo, é preciso enfatizar que essa missão é tarefa de todos: “ninguém deveria dizer que se mantém longe dos pobres, porque as suas opções de vida implicam prestar mais atenção a outras incumbências” (EG 201). Por isso, “qualquer comunidade da Igreja, na medida em que pretender subsistir tranquila sem se ocupar criativamente nem cooperar de forma eficaz para que os pobres vivam com dignidade e haja inclusão de todos [...] facilmente acabará submersa pelo mundanismo espiritual, dissimulado em práticas religiosas, reuniões infecundas ou discursos vazios” (EG 207).

3.6 Mensagem do Papa Francisco sobre o Reino de Deus

O reino de Deus não é um espetáculo ou um “carnaval”, não ama a publicidade, é o Espírito Santo que o faz crescer, não os planos pastorais.

Francisco se deteve na pergunta que os fariseus fazem a Jesus: “quando virá o reino de Deus?”. Uma pergunta simples, que nasce de um coração bom e aparece tantas vezes no Evangelho. João Batista, por exemplo, quando estava na prisão, angustiado, pede a seus discípulos que perguntem a Jesus se é ele mesmo que deve vir ou se devem esperar outra pessoa. Outras vezes, a pergunta foi feita “sem rodeios”, “se é você, desça da cruz”. Há sempre a dúvida, a curiosidade de quando virá o Reino de Deus, disse o Papa.

“O reino de Deus está em meio a vós”: é a resposta de Jesus. Assim como a semente que, semeada, cresce a partir de dentro, também o reino de Deus cresce “escondido” e no meio “de nós” – reiterou o Pontífice – ou se encontra escondido como pedra preciosa ou o tesouro, mas sempre na humildade. “Mas quem faz crescer aquela semente, quem faz germinar? Deus, o Espírito Santo que está em nós. E o Espírito Santo é espírito de mansidão, espírito de humildade, é espírito de obediência, espírito de simplicidade. É ele que faz crescer dentro o reino de Deus, não são os planos pastorais, as grandes coisa, é o Espírito, escondido. Faz crescer, chega o momento e aparece o fruto”.

Por isso, Francisco repetiu que o reino de Deus é sempre “uma surpresa”, porque é um dom que o Senhor dá. Jesus explica também que “o reino de Deus não vem para chamar a atenção e ninguém dirá: ‘Ei-lo aqui, ei-lo lá’”. “Não é um espetáculo ou, pior ainda, – mas às vezes se pensa assim – um carnaval”, reitera o Papa. “O reino de Deus não se mostra com a soberba, com o orgulho, não ama a propaganda: é humilde, escondido e assim cresce. Penso que quando as pessoas olhavam Nossa Senhora, ali, que seguia Jesus: ‘Aquela é a mãe, ah...’. A mulher mais santa, mas escondida, ninguém conhecia o mistério do reino de Deus, a santidade do reino de Deus. E quando estava perto da cruz do filho, as pessoas diziam: ‘Mas pobre mulher com este criminoso como filho, pobre mulher ...’. Nada, ninguém sabia”.

O reino de Deus, portanto, cresce sempre escondido, porque “o Espírito Santo está dentro de nós” – recordou o Papa – que “o faz germinar até dar o fruto”.

“Nós todos somos chamados a fazer esta estrada do reino de Deus: é uma vocação, é uma graça, é um dom, é gratuito, não se compra, é uma graça que Deus nos dá. E nós todos batizados temos dentro o Espírito Santo. Como é a minha relação com o Espírito Santo, que faz crescer em mim o reino de Deus? Uma bela pergunta para todos nós fazermos hoje: eu acredito, acredito realmente que o reino de Deus está no meio de nós, está escondido ou gosto mais do espetáculo?”. Francisco conclui exortando a pedir ao Espírito Santo a graça de fazer germinar “em nós e na Igreja, com força, a semente do reino de Deus para que se torne grande, dê refúgio a tantas pessoas e dê frutos de santidade”.

Para fazer crescer o Reino de Deus, é preciso a coragem de lançar o grão de mostarda e misturar o fermento, mas tantas vezes se prefere uma “pastoral de conservação”. Partindo do Evangelho, em que Jesus compara o Reino de Deus ao grão de mostarda e ao fermento, o Papa notou que ambos os elementos são pequenos e, no entanto, têm dentro uma potência que cresce. Assim é para o Reino de Deus: o poder vem de dentro.

Também São Paulo, na Carta aos Romanos, proposta pela Primeira Leitura, coloca em destaque quantas tensões há na vida: sofrimentos que, porém, não são comparáveis à glória que espera pelo homem. Trata-se, portanto, de uma tensão entre sofrimento e glória, explicou o Papa. E nestas tensões há, de fato, uma “ardente expectativa” para uma revelação grandiosa do Reino de Deus. E a força interna que leva em esperança à plenitude do Reino de Deus é aquela do Espírito Santo. “É justamente a esperança aquela que nos leva à plenitude, a esperança de sair desta prisão, desta limitação, desta escravidão, desta corrupção e chegar à glória: um caminho de esperança. E a esperança é um dom do Espírito. É justamente o Espírito Santo que está dentro de nós e leva a isso: a algo grandioso, a uma libertação, a uma grande glória. E por isso Jesus diz: ‘Dentro da semente de mostarda, daquele grão pequenino, há uma força que desencadeia um crescimento inimaginável’.

Francisco destaca ainda que dentro de cada um e na criação há uma força que desencadeia, há o Espírito Santo, que dá esperança. E ele explicou concretamente o que significa dizer viver em esperança: deixar que estas forças do Espírito ajudem a crescer rumo à plenitude que espera na glória. Mas assim como o fermento deve ser misturado e o grão de mostarda lançado, porque, caso contrário, aquela força interior permanece ali, o mesmo vale para o Reino de Deus, que cresce a partir de dentro, não por proselitismo. “Cresce a partir de dentro, com a força do Espírito Santo. E a Igreja sempre teve seja a coragem de pegar e lançar, de pegar e misturar, seja também o medo de fazê-lo. E tantas vezes nós vemos que se prefere uma pastoral de manutenção e não de deixar que o Reino cresça. Mas, vamos permanecer aquilo que somos, pequenos, ali estamos seguros. E o Reino não cresce. Para que o Reino cresça é preciso coragem: de lançar o grão, de misturar o fermento”.

Mas, é verdade que, se a semente é lançada, se perde; e se o fermento é misturado se “suja as mãos”, porque sempre há alguma perda ao semear o Reino de Deus - observou o Papa. “Ai daqueles que pregam o Reino de Deus com a ilusão de não sujar as mãos. Estes são guardiões de museus: preferem as coisas belas, e não este gesto de lançar para que a força se desencadeie, de misturar para que a força faça crescer. Esta é a mensagem de Jesus e de Paulo: esta tensão que vai da escravidão do pecado, para ser simples, à plenitude da glória. E a esperança é aquela que vai avante, a esperança não desilude: porque a esperança é muito pequena, a esperança é tão pequena quanto o grão e o fermento”.

A esperança “é a virtude mais humilde”, “a serva”, mas onde existe a esperança, existe o Espírito Santo, que leva em frente o Reino de Deus, disse o Papa. E concluindo a homilia, como de costume, ele convidou os fiéis a fazerem-se algumas perguntas: acredita-se que na esperança há o Espírito Santo com quem falar.

Vimos que a espiritualidade consiste no seguimento de Jesus para reproduzir, no hoje de nossa história, sua vida/práxis, guiados pelo mesmo Espírito e produzindo os frutos que esse Espírito produziu em sua vida. Se a vida/práxis de Jesus de Nazaré foi guiada pelo anúncio do Reino, enquanto justiça aos pobres e oprimidos, esse deve ser também o conteúdo da verdadeira espiritualidade cristã, seja ela pensada em termos pessoais ou em termos comunitários. Assim, a Igreja, comunidade dos discípulos de Jesus, deve se deixar guiar pelo mesmo Espírito, anunciando e realizando o Reino de Deus na decidida opção pelos pobres. Assim também, a Igreja verdadeira é aquela que se parece mais com Jesus, reproduzindo a estrutura fundamental de sua vida. Essa estrutura, para Sobrino, é a misericórdia: a misericórdia primigênia de Deus é a que aparece historizada na prática e na mensagem de Jesus, é o que configura sua vida e sua missão e provoca seu destino; é ainda o que configura sua visão de Deus e do ser humano.

CONCLUSÃO

Concluimos que o conceito do Reino de Deus busca sua interpretação e visão através da evolução e da própria história da humanidade. O Reino de Deus anuncia as boas novas de Cristo e de seu governo sobre a vida do homem, logo Jesus é visto como Rei e Senhor do homem.

Jesus não anuncia só o reino vindo, mas enxerga de alguma forma o reino presente através de seus atos, comportamento e através das pessoas que o seguem. Um reino não apenas escatologizado, como diz a apocalíptica, mas o reino já presente. Os milagres e sinais não são para comprovar o poder de Deus, mas são sinais de que o reino chegou, são sacramentos do reino, a fim de se começar um novo “eon”.

A atuação de Jesus não foi somente uma promessa, durante a sua vida pública em fidelidade ao Pai e a serviço da humanidade, mostrou uma oferta concreta de salvação. Jesus traz a salvação e o Reino de Deus se realiza. Jesus leva aos homens uma reorientação da própria vida assumindo assim suas próprias opções em comunhão com as prioridades do coração de Deus. Um de seus ensinamentos acentuava que essa sintonia era mais importante do que qualquer atitude religiosa.

A teologia da libertação surge valorizando e dando ênfase na humanidade de Jesus, a encarnação do Verbo, sua pessoa e ação em todo o contexto histórico. Ela busca resgatar um diálogo coerente entre Fé e Vida que busca o equilíbrio teológico na afirmação da união hipostática e a centralidade do conceito de Reino de Deus baseado na opção preferencial pelos pobres e marginalizados. A opção preferencial pelos pobres apresenta-se como a chave de interpretação para a elaboração da teologia.

Todos os cristãos são convocados a serem discípulos e missionários do mestre Jesus, mediador da Salvação, porém no seguimento do Cristo, a Fé é afirmada e sustentada pelo compromisso de uma prática concreta situada no contexto histórico em que se vive em vista do Reino de Deus.

Nessa mesma linha de raciocínio vemos a figura do Papa Francisco, procurando reforçar cada vez mais a ideia concreta de uma Igreja voltada para os mais necessitados e humildes, aqueles que sofrem com a opressão e servidão que muitas vezes são impostas pela sociedade em todo o mundo. O Papa Francisco lembra e manifesta o seu desejo de uma “Igreja pobre e para os pobres”, isso nos mostra com grande clareza a essência do que é o Reino de Deus e o seu viver.

O Reino de Deus cresce e se manifesta em silêncio, ele se desenvolve dentro de nós e em nossas atitudes. Por isso é preciso ficar atento e não perder tempo, o Reino de Deus está aí para vivermos e divulgá-lo, assim como Jesus fez e até hoje ainda faz. Para Jesus, a aliança é a lei do amor e não o rigorismo e legalismo, neste sentido Jesus não separa o Deus que cria do Deus que julga. Deus não quer castigo, Deus quer amor e assim percebemos com clareza que o Deus de Jesus não é o juiz a quem se deve temer, mas sim o Pai amoroso a quem se espera sincera e ansiosamente.

Ao contrário do que muitos imaginam, o Reino de Deus, é uma prática diária, desta forma não é necessário aguardar a morte para alcançá-lo, mas sim vivê-lo diariamente, pois ele vive dentro de cada um. Assim, o reino é uma instituição divina prevista na eternidade para abençoar todas as pessoas na terra. Observamos as ações de Deus a fim de trazer o seu reino até nós, a fim de sempre haver paz e prosperidade. Uma vez consumado, o reino trará paz e prosperidade entre as nações, a justiça habitará céus e terras.

BIBLIOGRAFIA

BÍBLIA DE JERUSALÉM, São Paulo: Paulus, 1985.

CONCÍLIO DO VATICANO II. Lumen Gentium “De Ecclesia.” Constituição Dogmática do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja. 18ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

CELAM. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Campanha da Fraternidade. 39 ed. São Paulo, Salesiana, Ed CNBB. 2008.

CELAM. DOCUMENTO DE APARECIDA. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 2ed. São Paulo: Paulinas; Paulus, Ed. CNBB. 2007.

ALLGAYER, Antônio Estevão. *Jesus e os excluídos do Reino*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BLANK, Renold. *Encontrar sentido na vida*, São Paulo, Paulus, 2008.

_____. *Escatologia do mundo*. São Paulo: Paulus, 2001.

BOFF, Leonardo. *Experimentar Deus*. Campinas: Verus, 2003.

_____. *Jesus Cristo libertador: ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo*. 19 ed, Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Vida para além da morte*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOFF, Lina. *Espírito e missão na obra de Lucas - Atos*. São Paulo, Paulinas, 2003.

CROATTO, J. *Apocalíptica e esperança dos oprimidos*. São Paulo, Ribla: 1990.

FREDERICK, H. Cryer *Divination in Ancient Israel and its Near Eastern Environment*, Sheffield, Sheffield Academic Press, 1994.

GONZÁLES FAUS, José Ignacio. *Acesso a Jesus. Ensaio de teologia narrativa*. São Paulo, Loyola, 1981.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação. Perspectivas*. Petrópolis, Vozes, 1975.

IDIGORAS, J. L. *Vocabulário teológico para a América Latina*. São Paulo, Paulinas, 1983.

LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004.

LIBÂNIO, João Batista & ANTONIAZZI, Alberto. *Vinte anos de teologia na América Latina e no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1993.

_____ & BINGEMER, Maria Clara. *Escatologia Cristã*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Teologia da revelação a partir da modernidade*. São Paulo, Loyola: 1992.

LUIS SEGUNDO, JUAN. *A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré*. São Paulo, Paulus: 1985.

MARQUARDT, Friedrich Wilhelm. *Was dürfen wir hoffen wenn wir hoffen durften?*. vol. 1. Alemanha, Gutersloher Verlagshaus: 1993.

_____. *Was dürfen wir hoffen*. vol. 1. Alemanha, Gutersloher Verlagshaus: 1996.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias. A era do absolutismo*. ed 2. São Paulo: Loyola, 2003.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História*. São Paulo, Paulinas: 2001.

MEIER, John P. *Um Judeu Marginal: representando o Jesus histórico*. 3ed Rio de Janeiro: Imago, 1996.

PAGOLA, José Antonio. *Jesus: aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011.

PELÁEZ, Agustín Churruca. *História da teologia na América Latina*. São Paulo, Paulinas, 1981.

PIXLEY, George. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986.

RAHNER, Karl. *Sacramentum Mundi. Enciclopédia Teológica*. Barcelona: Herder, 1974.

REB, vol. 48/191. Petrópolis, Vozes, 1988.

RICHARD, Pablo. *Apocalipse*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus, a História de um Vivente*. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. *Pessoas. A história de Deus*. Barcelona: Herder, 1990.

SICRE, José Luís. *O profetismo em Israel*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *O quadrante. Introdução aos Evangelhos*. vol. 1, São Paulo: Paulinas, 2003.

SILANES, Nereo & PIKAZA, Xavier. *Dicionário Teológico: O Deus Cristão*. São Paulo: Paulus, 2014.

SILVA, Cássio Murilo Dias. *Metodologia de exegese bíblica*. São Paulo: Paulinas, 2000.

SOBRINO, Jon. *A fé em Jesus Cristo*. Petrópolis. Vozes, 2000.

_____. *Cristologia a partir da América Latina*, Petrópolis: 1983.

_____. *Jesus, O libertador. A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996.

VIVIANO, Benedict T, o.p. *Lê royaume de Dieu dans l'histoire*. Paris: Lê Éditions du Cerf, 1992.

VON RAD, Gerhard. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Aste, 1973.

VORGRIMLER, Herbert. *Hoffnung auf Vollendung*. Barcelona: Herder, 1984.

SITES

Instituto Humanitas de Ensino. Disponível em: www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

O analfabetismo tecnológico Disponível em <http://www.educabrasil.com.br>. Acesso em: 05 de janeiro de 2019.

Manuscrito de Pero Vaz de Caminha Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

ARTIGOS E REVISTAS

MANZATTO, Antonio. *Notas para uma cristologia para o terceiro milênio*. *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo. Paulinas, n. 31, pp. 79-107 [abr/jun] 2000.

_____. *Cristologia Latino-americana*. In: SOUZA, Ney (org). *Temas de Teologia Latino-americana*. São Paulo: Paulina, 2007. p.27.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História, 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. T.3. São Paulo, Paulinas, 2005, p. 191

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. *Ampliação do sentido de libertação*. In: *Perspectiva Teológica*, 30. Belo Horizonte, Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, Faculdade de Teologia, 1998.

PAPA FRANCISCO. “Encontro com os representantes dos meios de comunicação social”. Discurso do Santo Padre Francisco. Roma, 16 de março de 2013. CAVACA, O. “Uma eclesiologia chamada Francisco: estudo da eclesiologia do papa Francisco a partir da *Evangelii Gaudium*”. *Revista de Cultura Teológica* 22 (2014), pp.15-34.

_____. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulinas, 2013.

PIMENTEL, Ivany Dantas. *Aspectos Histórico - Teológicos da Pregação de Jesus sobre o Reino de Deus*. 2010. Dissertação (Mestrado em Teologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RIBEIRO, Ari Luis do Vale. Jesus e os Movimentos Messiânicos. *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo: Paulinas, v. 17, n. 66.